

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Farmácia
Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia

**Sustentabilidade no setor industrial quimo-farmacêutico: análise de
conceitos gerais e de Relatórios de Sustentabilidade**

Jauri Francisco da Siqueira Júnior

Porto Alegre, junho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Farmácia
Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia

**Sustentabilidade no setor industrial quimo-farmacêutico: análise de
conceitos gerais e de Relatórios de Sustentabilidade**

Jauri Francisco da Siqueira Júnior

Trabalho de Conclusão da Disciplina de Estágio Curricular em Farmácia

Profa. Dra. Louise M. Jeanty de Seixas

Orientadora

Profa. Dra. Cynthia Ramos Vivas Ponte

Co-orientadora

Porto Alegre, junho de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho, primeiramente, aos meus pais e à minha família, por todo o carinho e apoio que sempre foi dado durante o decorrer da minha vida e jornada acadêmica, sempre estando ao meu lado e me apoiando em todos os momentos.

Agradeço a todos os professores e funcionários da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dos quais tive o prazer e a oportunidade de ser aluno, por todo o conhecimento passado e construído durante estes anos de graduação, possibilitando-me assim minha formação profissional.

Agradeço as minhas orientadoras e professoras, Louise Jeanty de Seixas, que ao ministrar aulas e palestras de "Introdução às Ciências Farmacêuticas" e "Processos Industriais e Equipamentos", e o projeto de extensão "Descarte e Uso Correto de Medicamentos", e a professora Cynthia Ramos Vivas Ponte, que ao ministrar as aulas de "Operações Unitárias" e os projetos de extensão "Meio Ambiente e Saúde", despertaram meu interesse sobre o tema deste TCC. Além disso, agradeço aos direcionamentos e conselhos dados durante o decorrer desses anos, pois ajudaram a mudar o rumo de minha vida.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz durante a faculdade, aos quais tenho muita gratidão e apreço.

Agradeço aos colegas do Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia (DAFF) e da AIESEC, em especial as sedes AIESEC em Porto Alegre e AIESEC em Ancona (Itália) e a todos os seus membros, pelo apoio oferecido, pela inspiração e coleguismo que sempre me ofereceram.

Agradeço a Farmácia FitonFarma, a todos os funcionários e diretores desta, em especial aos farmacêuticos Eduardo Aranovich de Abreu, Eliane Aranovich de Abreu e Taciane Agustine, bem como as auxiliares laboratoriais de farmácia Cilene Padilha da Silva, Elen Rose Padilha Soares e Fabiana Batista Rodrigues, pela paciência e contínuo aprendizado que me foi oferecido durante meu Estágio de Conclusão de Curso, bem como pelo acolhimento durante este período de formação.

Agradeço, enfim, a todos que participaram e me apoiaram, direta ou indiretamente, durante todo o período de graduação em Porto Alegre.

*“You're alive. Do something. The directive in life,
the moral imperative was so uncomplicated.
It could be expressed in single words, not complete
sentences. It sounded like this: Look. Listen. Choose. Act.”*
Barbara Hall

SUMÁRIO

RESUMO	1
1. INTRODUÇÃO	2
2. OBJETIVOS	4
2.1. Objetivo Geral	4
2.2. Objetivos Específicos	4
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
3.1. Sustentabilidade	4
3.2. Sustentabilidade em linhas de produção: inovação, tecnologia, Logística Reversa e a Gestão de Resíduos	11
3.3. Relatórios e Indicadores de Sustentabilidade	19
4. METODOLOGIA	32
4.1. Materiais	32
4.2. Métodos	33
4.2.1. Análise Quantitativa	33
4.2.2. Análise Qualitativa	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO	45
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

RESUMO

O presente trabalho realiza um estudo sobre os Relatórios de Sustentabilidade e do uso de Indicadores Ambientais propostos pelo modelo da organização *Global Reporting Initiative* (GRI), emitidos por seis empresas do setor industrial quimofarmacêutico (AstraZeneca, Baxter, GlaxoSmithKline, Johnson & Johnson, Natura e Roche). O foco deste trabalho foi analisar a relevância das ações e dos indicadores ambientais apresentados nos relatórios estudados, através da quantificação e avaliação dos mesmos frente aos principais impactos ambientais considerados relevantes. Além disso, buscamos analisar se as empresas selecionadas apresentam mecanismos de logística reversa, gestão adequada de resíduos e se dão preferência ao uso de materiais recicláveis. Por meio deste trabalho verificaram-se tendências e insuficiências do setor ao relatar determinadas informações sobre os seus principais impactos ambientais.

Palavras-chaves: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Indicadores de Sustentabilidade, Relatórios de Sustentabilidade, Indústria farmacêutica, Global Reporting Initiative.

ABSTRACT

This paper performs a study on the Sustainability Reporting and the use of environmental indicators proposed by the model of the Global Reporting Initiative (GRI), applied by six companies of the pharmaceutical industry sector (AstraZeneca, Baxter, GlaxoSmithKline, Johnson & Johnson, Natura and Roche). The focus of this study was to analyze the relevance of actions and environmental indicators presented in the reports studied by the measurement and evaluation of them, considering the major environmental impacts of this sector. Furthermore, we analyzed if the selected companies present mechanisms of reverse logistics, waste management and if they give preference to the use of recyclable materials. Through this study we find out trends and weaknesses of the sector to provide certain information and the preference to show some kinds of sustainable indicators related to some of their major environmental impacts.

Keywords: Sustainability, Sustainable Development, Sustainability Indicators, Sustainability Reports, Pharmaceutical Industry, Global Reporting Initiative.

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade ganha cada vez mais importância social e estratégica. Sua discussão já faz parte de esferas políticas, econômicas, sociais e ambientais. Atualmente, este conceito sistêmico encontra-se na pauta de governos, de grandes e pequenas corporações - e na própria maneira agir das pessoas. A crescente preocupação com as atividades comerciais, com o uso de energia, com o consumo de recursos naturais, com o bem-estar social e com a amenização das desigualdades alavancam cada vez mais a sua importância, promovendo, portanto, a disseminação de idéias e de conhecimento em prol de seu desenvolvimento.

Sustentabilidade ainda é um conceito sistêmico idealizado e não muito bem compreendido por diversas pessoas. Segundo o Dicionário Aurélio, sustentabilidade é a “habilidade de ser sustentável”, e sustentável é “aquilo que pode ser sustentado”. Muitos ainda a encaram, erroneamente, como uma habilidade relacionada somente a impactos ambientais, contrariando a visão atual e mundialmente aceita, que a correlaciona a três principais esferas: econômica, social e ambiental.

Considerando-se o âmbito empresarial e industrial, em uma época como a atual, não acompanhar tendências e adequar-se ao cenário torna-se um grande impedimento para a sua manutenção no mercado. Ter sustentabilidade, hoje, significa assegurar o sucesso de um negócio a médio e longo prazo, utilizando-se de uma ótica que não considere uma empresa somente como uma geradora de lucros, mas como uma agente de desenvolvimento e oferta de produtos e serviços de qualidade, que promova também o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade, colaborando para a manutenção de um meio ambiente saudável.

Essas são expectativas reais, impostas por governos, consumidores, fornecedores e todos os demais stakeholders¹ de uma empresa. O desenvolvimento sustentável, portanto, se torna uma necessidade e um compromisso a ser assumido pelas empresas presentes no mercado atual, e mais do que isso, uma oportunidade de negócios.

¹ Um *stakeholder* é todo e qualquer grupo ou indivíduo que se relaciona, direta ou indiretamente, de maneira positiva ou negativa, as atividades de uma organização ou projeto. Eles podem ser distribuidores, fornecedores, empregados, consumidores, a comunidade na qual a empresa está inserida, o governo local ou central, patrocinadores, acionistas, competidores e reguladores, etc. (LENTINO, 2010)

Essa temática deve ser levada ao centro estratégico de todas as corporações e organizações atuais. Essa incorporação ideológica revela diversos desafios e obstáculos às empresas, que devem rever todas as suas operações, especialmente aquelas focadas em linhas de produção, como o caso do setor industrial quimofarmacêutico, buscando por tecnologias limpas, práticas de logística reversa, gestão de resíduos, além de mensuração e acompanhamento contínuo dos impactos sócio ambientais gerados pelas suas operações. É inevitável que existam impactos sócio ambientais negativos mas estas empresas devem, de maneira proativa, caracterizá-los e buscar amenizar os mesmos, ou ainda, promover impactos positivos nestas esferas.

Contudo, além de implementar o desenvolvimento sustentável, as empresas devem comunicar suas ações e acompanhar a progressão das mesmas, tanto de maneira interna, quanto externa. Uma das maneiras de divulgar e quantificar seus impactos é a publicação de Relatórios de Sustentabilidade. Estes relatórios divulgam tanto as ações das empresas em prol do desenvolvimento sustentável referente às esferas econômicas, sociais e econômicas, como a própria visão estratégica, as metas, os desafios, os esforços e a visão de negócio das corporações. Atualmente, esta é uma das maneiras mais válidas de divulgação da *performance* empresarial.

Revela-se como desafio dessa prática a parametrização e validade da mesma e, pensando nisto, criaram-se e consolidaram-se modelos de relatórios internacionais, como o proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização internacional *multi-stakeholder* sediada em Amsterdã. Este é um dos modelos mais aceitos, completos e mundialmente difundidos: o GRI-G3.

Seu processo de elaboração colabora para o engajamento de todos os *stakeholders* envolvidos, a reflexão dos impactos gerados pela empresa, e oferece ferramentas importantes para a quantificação dos impactos socioambientais gerados pelas empresas, bem como para a divulgação final deste compêndio para os públicos de interesse (Instituto Ethos, 2009).

Dentre os parâmetros fornecidos pelo modelo, encontram-se os Indicadores de Sustentabilidade e, dentre estes, os Indicadores Ambientais (ENs, do inglês “*environmental*”). Eles auxiliam e balizam a mensuração e viabilizam a comparação destes indicadores, interna e externamente.

Assim, a publicação de relatórios de sustentabilidade nos dias atuais vem sendo uma prática crescente, mais recorrente entre as grandes empresas, que possuem maior interesse e reconhecem com maior velocidade as necessidades e práticas atuais do mercado, assim como os benefícios provindos do mesmo.

Alguns dos grandes desafios referentes à publicação destes relatórios são a relevância das ações e indicadores apresentados por uma empresa, assim como a maior parametrização de relatórios emitidos por empresas de um mesmo setor. Além disso, faz-se necessário considerarem-se características singulares de alguns setores, como as consideradas específicas do setor farmacêutico. Todas estas questões serão debatidas e detalhadas no decorrer do presente trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho foi estudar a aplicabilidade da sustentabilidade no setor industrial farmacêutico, avaliando a importância e relevância da publicação de relatórios de sustentabilidade com foco nos aspectos, informações e propostas relacionadas aos impactos ambientais provocados por esse setor.

2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- Analisar conceitos gerais relativos à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade corporativa.
- Quantificar e categorizar os indicadores ambientais utilizados nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas selecionadas pelo estudo.
- Analisar a relevância dos indicadores ambientais relatados.
- Analisar se as empresas selecionadas utilizam ou fomentam mecanismos de logística reversa e de gestão adequada de resíduos, e se dão preferência ao uso de materiais recicláveis.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Sustentabilidade

Sustentabilidade é um conceito que está relacionado com a capacidade de um sistema manter-se estruturado ao longo do tempo, em outras palavras, sustentado. Atualmente a temática da sustentabilidade, da responsabilidade

corporativa e da inovação vem sendo utilizadas frequentemente nas mais diversas esferas da sociedade, dentre elas governos, empresas, associações, convenções, eventos e pelas pessoas em geral.

É também discutida em uma inúmera quantidade de trabalhos científicos das mais diversas áreas, sendo defendida por diferentes linhas de pensamentos, e detentora de diferentes significados. Contudo, a incorporação de ferramentas de sustentabilidade em sistemas, de governos a empresas, é um processo recente.

Em uma época de intensos avanços tecnológicos e científicos, 900 milhões de pessoas ainda não tem acesso à água potável e 2,6 bilhões não dispõem de saneamento básico (OMS e Unicef, 2010). Mais de 1,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos perdem suas vidas anualmente devido a enfermidades que poderiam ser prevenidas (OMS, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 2 bilhões de pessoas não possuem acesso a medicamentos essenciais. Tal privação gera inúmeros sofrimentos que poderiam ter sido evitados: saúde precária, dor, medo, perda da dignidade e morte (OMS, 2004-2007). Melhorar o acesso aos medicamentos existentes poderia salvar 10 milhões de vidas a cada ano, 4 milhões delas na África e Sudeste Asiático (MARKS, 2006).

Além das barreiras impostas ao acesso a medicamentos, o caráter extremamente desigual desse acesso continua a ser uma característica evidente na problemática farmacêutica mundial (OMS, 2004-2007). Em países ricos, a média de gastos em medicamentos por pessoa é 100 vezes maior do que em países empobrecidos: cerca de US\$ 400 em comparação a US\$ 4 (IBID). A OMS estima que 15% da população mundial consome mais do que 90% da produção farmacêutica (OMS, 2004-2007).

Analisando esta problemática através de uma ótica diferente, em 1948, a OMS definiu saúde como um “completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença” (OMS, 1948).

No entanto, as políticas em saúde e a própria formação dos profissionais sempre colocaram a prioridade no controle da morbidade e mortalidade, em outras palavras, na cura, e não na sua prevenção.

Os sinais de desequilíbrio são visíveis e deixam claro que é urgente a busca por soluções, novos caminhos, mudanças de paradigma, hábitos e de novas maneiras de agir e fazer negócios. Para construirmos uma sociedade realmente

desenvolvida, será necessário criarmos modelos capazes de beneficiar mais pessoas, garantindo á todas as oportunidades de acesso a uma vida digna.

É encarando esse cenário e essa problemática que se fez necessário repensarmos o caminho e o desenvolvimento que criamos, buscando novos conceitos, como os de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Contudo, tanto a aplicação destes conceitos aos modelos atuais de negócio, como a definição do termo sustentabilidade ainda não parecem ser tão claras e facilmente entendidas.

Em nosso estudo, buscamos estabelecer o que se quer dizer com estes termos. Há certo consenso entre os pesquisadores de que ele deve ser analisado de maneira abrangente ou sistêmica, pois é uma questão complexa com diversas abordagens possíveis.

Segundo as definições do trabalho de Claro *et al*, 2008, as empresas têm encontrado dificuldade em associar discursos e práticas gerenciais à interpretação de sustentabilidade, embora o termo esteja cada vez mais presente no ambiente empresarial. Para os autores, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável seriam equivalentes. Segundo eles, a definição de sustentabilidade mais difundida e utilizada é a da Comissão Brundtland (WCED, 1987) a qual explica que desenvolvimento sustentável é aquele que não leva em conta só os interesses da geração atual, mas também aqueles das futuras gerações, em uma visão de longo prazo. Essa definição estabelece um dos princípios básicos de sustentabilidade.

Nos anos seguintes realizaram-se uma série de conferências importantes que tratavam sobre o assunto, como a Rio 92 que delineou questões vitais referentes ao desenvolvimento sustentável e incorporação desses valores por empresas e pela sociedade em geral.

Além disso, neste evento elaborou-se a Agenda 21, documento atualmente tratado como um plano de ação a ser adotado global, nacional e localmente, por organizações ligadas ao sistema das Nações Unidas. Este evento, realizado no Brasil, tratou sobre problemas como a biodiversidade, mudanças climáticas e problemas florestais.

Outras conferências, como a Conferência de Johanesburgo, realizada em 2002, e a Conferência Climática de Copenhagen, debateram sobre o comprometimento das nações, empresas e organizações com o desenvolvimento sustentável, tornando-a uma linha e movimento de atenção central.

Diversas pesquisas científicas começam a esclarecer melhor o tema e sua importância, servindo como direcionadoras e esclarecedoras deste tema tão amplo. Além do conceito mais utilizado pelos autores, citado anteriormente e defendido pela Comissão Brundtland e pela Agência de Proteção do Meio Ambiente – EUA (Environmental Protection Agency), a IUCN (International Union for Conservation of Nature) e a WWF (World Wildlife Fund) em 1991 defenderam que o uso do termo “sustentabilidade” é apenas aplicável a recursos renováveis enquanto que o conceito mais difundido deveria ser o de desenvolvimento sustentável, que demonstra a capacidade de aumentar a qualidade de vida humana ao se desenvolver de forma adequada à capacidade dos ecossistemas.

Já segundo as definições de CABESTRÉ *et al*, 2008, sustentabilidade seria a relação entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos, na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das atividades humanas permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida. De acordo com PEARCE, 1993, o desenvolvimento sustentável de uma sociedade só é atingido quando este não transfere custos a futuras gerações, ou ao menos são tomadas medidas para atenuar tais custos.

Já SCHWEIGERT, 2007, defende que a interpretação da sustentabilidade se vincula a efeitos sociais desejados, as funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual. Ela também pode ser considerada como uma nova ordem de eficiência econômica que beneficia todos os cidadãos, em vez de beneficiar poucos em detrimento de muitos.

Embora a definição do termo possa ser divergente, segundo cada estudo ou autor, verifica-se que grande parte desses estudos possui um ponto comum, quando analisadas detalhadamente: a interação entre os campos econômico, social e ambiental, campos que são, indiscutivelmente, impactados por toda e qualquer ação humana e, logicamente, por empresas que acabam atuando e interagindo, de diferentes maneiras, com estes campos.

De fato, a temática da sustentabilidade está cada vez mais presente no ambiente empresarial. A definição mais difundida desse termo, segundo Claro *et al*, 2007, é o da Comissão Brundtland, especificada anteriormente, sendo que esta deu origem a outras inúmeras definições – e possivelmente a muitas outras que estão

por vir. A maioria dos estudos afirma que a sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social. Essa divisão sistemática em três dimensões é também conhecida como **Triple Bottom Line**, como demonstrado na Figura 1.

The Three Spheres of Sustainability

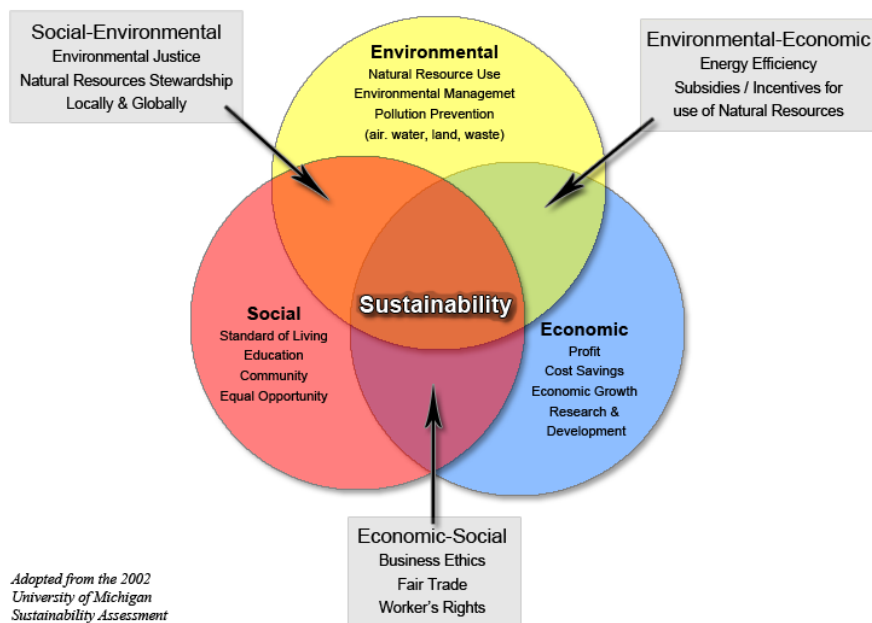


Figura 1 – As três esferas da sustentabilidade empresarial – Adaptado do estudo “Sustainability Assessment”, Universidade de Michigan, 2002.

A **dimensão econômica** inclui não só a economia formal e a gestão financeira de um empreendimento, de modo a garantir sua viabilidade, lucratividade e sustentabilidade financeira. Ela também considera a oferta de serviços e recursos financeiros para os colaboradores do negócio, para a comunidade local para todos os grupos com o qual a empresa possa interagir aumentando, deste modo, a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos e *stakeholders* de determinada empresa (ALMEIDA, 2002).

Ainda, segundo a ótica sustentável, avalia-se: se a relação custo/benefício oferecida pela empresa através de seus produtos e serviços é justa; se a empresa preocupa-se em impactar positivamente a economia local da qual faz parte; sob qual grau de eficiência os fatores de produção utilizados, como o capital, recursos naturais e humanos, conhecimento, etc. O retorno financeiro, o lucro e a agregação de valor aos produtos também são índices reconhecidos, além de mecanismos de

orientação de investidores (SILVA, 1995; SPANGENBERG et al, 1998 e GROOT, 2002).

A **dimensão ambiental**, ou ecológica, estimula empresas a considerarem o impacto que suas atividades exercem sobre o meio ambiente do qual elas, e todos nós, fazemos parte. Seja através da utilização de recursos naturais, seja através da dos poluentes emitidos, resíduos gerados ou da energia utilizada na cadeia de produção, diversos serão os ecossistemas e ambientes impactados por uma empresa (ALMEIDA, 2002).

Essa visão sistêmica começa a ter lógica através da ótica da sustentabilidade, que enxerga tudo e todos como constituintes do grande sistema que é o nosso planeta, o que faz mais sentido a partir do momento que conseguimos nos encaixar como mais um agente ou fator, indistinto e inseparável, deste todo.

As maneiras de quantificar e qualificar estas relações e impactos ambientalmente sustentáveis são diversas, mas atualmente focam-se na quantificação: da energia consumida pela empresa, de resíduos sólidos gerados e recuperados, de poluentes atmosféricos emitidos pelas linhas de produção, ou ainda, ao constatar-se se a empresa dá preferência ao uso de tecnologias limpas, energias renováveis ou materiais recicláveis, dentre outras possibilidades.

Alguns autores subdividem a dimensão ecológica da sustentabilidade em três: a primeira diz respeito à ciência ambiental; a segunda a mensuração e diminuição da poluição e contaminação do ar e da água; a terceira converge a gestão e conservação de recursos renováveis e não renováveis (SPANGENBERG et al, 1998 e GROOT, 2002).

Já a **dimensão social** lida com aspectos relacionados às qualidades ou condições impostas aos seres humanos, enquanto indivíduos ou sociedade. Dentro do aspecto empresarial, avalia-se como a empresa lida com a gestão de recursos humanos (ou gestão de talentos), como a empresa promove e desenvolve as habilidades, dedicação, experiências e qualidade de vida de seus *stakeholders*, abrangendo tanto o ambiente interno da empresa quanto o externo (ALMEIDA, 2002).

Indicadores simples como a jornada justa de horas de trabalho, fornecimento de ambientes de trabalho seguro e saudável, proibição do uso de mão-de-obra infantil ou forçada, tanto pela empresa como pelos stakeholders com os quais a empresa vir a interagir, demonstram se a empresa defende e agrega a

sustentabilidade ao seus negócios. Outras questões, como responsabilidade corporativa social, empoderamento social e projetos que visem impactar a sociedade de maneira positiva são meios pelos quais uma empresa ou organização trabalha a esfera da sustentabilidade social.

Avalia-se ainda, como a empresa se posiciona e recruta recursos humanos considerando e promovendo a inclusão e aceitação de indivíduos de diferentes culturas, raças, gêneros, credos e ainda, por exemplo, portadores de necessidades especiais. Em suma, como a empresa se propõe a atenuar ou solucionar problemas sociais, através de seus serviços, produtos e organização estrutural (SPANGENBERG et al, 1998 e GROOT, 2002).

Na primeira grande assembléia mundial onde a temática sustentável foi discutida, “*The World Commission of Environment and Development*”, promovida pela ONU em 1982 e presidida pelo primeiro ministro norueguês, Gro Harlem Brundtland, este argumentou: “O meio ambiente não pode ser considerado como uma esfera separada das ações, ambições e necessidades humanas (...) **o ‘meio ambiente’ é onde vivemos e o ‘desenvolvimento’ é o que todos nós estamos tentando alcançar.** Esses dois são inseparáveis.”.

De fato, essa visão norteia e se valida cada vez mais entre os teóricos da sustentabilidade, já que não só o meio ambiente não pode ser desvinculado, mas as próprias esferas que compõem a sustentabilidade. Muitas vezes eles se relacionam intimamente, não podendo se considerar, por exemplo, o empoderamento social como uma iniciativa de sustentabilidade puramente social ou financeira. Quando uma empresa promove-o, ela estará promovendo tanto a inclusão social de uma determinada categoria ou classe, como o desenvolvimento econômico desta.

Contudo, por ser um conceito amplo, a sustentabilidade deve ser tratada como um motivador, um ideal a ser alcançado, passo a passo, já que uma mudança sistemática profunda, que vise implementá-la, demanda um confronto direto com valores e estruturas pré-moldadas, necessitando constante inovação em sistemas e estruturas organizacionais muitas vezes estagnadas e rígidas - como muitos governos, economias e empresas são. Este desafio torna-se urgente, e o tempo para que a sustentabilidade se consolide se torna cada vez mais escasso.

3.2. Sustentabilidade em linhas de produção: inovação, tecnologia, Logística Reversa e a Gestão de Resíduos.

A atividade industrial esta associada à degradação do meio ambiente, inicialmente por que não existe processo de fabricação totalmente limpo. As emissões variam com o tipo de indústria, matéria prima utilizada, processo de fabricação, produtos fabricados ou substâncias produzidas. Essas demandas implicam numa maior vigilância ambiental, exigindo de cada indústria, uma infraestrutura adequada e controle para que os níveis cumulativos de dano sejam averiguados (PORTUGAL, 2000).

A contaminação do meio ambiente por resíduos químicos pode ser proveniente dos chamados grandes geradores de resíduos, que são as indústrias químicas farmacêuticas, dos pequenos geradores, que são as instituições de ensino e pesquisa, ou dos micro geradores, que são as residências e fazendas pecuárias.

Nas palavras de Pereira *et al*, 1998, o lançamento indevido de resíduos sólidos, líquidos e gasosos de diferentes fontes geram modificações no meio ambiente, quando descartados inadequadamente. É considerado poluente quando esses resíduos modificam o aspecto estático, a composição ou a forma do meio físico, enquanto que o meio é considerado contaminado quando provocar uma mínima ameaça à saúde de homens, animais e plantas.

Como em outras atividades industriais, os coeficientes de risco em indústrias químico-farmacêuticas variam em função do espaço e do tempo. O espaço é definidos pela segurança das instalações ou características macro-ambientais, enquanto o tempo é definido pela relação entre a intensidade de agressão e recuperação.

As indústrias farmacêuticas devem seguir normas e procedimentos adequados, seguidos de padrões aceitáveis para o meio ambiente para evitar ao máximo os impactos ambientais, avaliando os impactos gerados por seus processos e atividades, e ainda se configura como desafio definir todos os parâmetros a serem analisados. A consciência ecológica deve ser instituída em todos os tipos de grupos químicos farmacêuticos, sejam eles pequenos ou grandes geradores de resíduos. Em se tratando de substâncias químicas, especialmente fármacos, que são detentores de atividade biológica, o risco associado pode aumentar muito (BINIECKA, 2005).

Muitas vezes a consciência dos riscos provocados pelas novas tecnologias no ambiente natural se torna alarmista, mas ninguém pode negar a gravidade da situação. Os riscos são minimizados pela rotina das atividades, pois geralmente

nada acontece de muito grave em curto prazo, mas o risco mais presente é a própria capacidade do espaço físico de suportar tantos objetos industriais.

Os resíduos também podem, dependendo do grau de toxicidade ou reatividade química, apresentar grande impacto ambiental. As alterações climáticas por motivos antrópicos têm sido uma constante. Quase sempre essas mudanças são imperceptíveis em curto prazo, mas, com o passar do tempo, elas podem ser ampliadas a ponto de inviabilizar as atividades humanas no local ou na região.

Sobre riscos tecnológicos ambientais, Porto e Freitas (1997) comentam sobre a expansão, em nível mundial, da capacidade de produção, armazenamento, circulação e consumo de substâncias químicas. Explicam que a lógica de desenvolvimento industrial e inovações tecnológicas ao ramo químico vêm possibilitando um crescimento dos riscos numa velocidade bem maior que a capacidade científica e institucional de analisá-los e gerenciá-los.

A poluição gerada pelas indústrias químico-farmacêuticas causa prejuízos à saúde da sociedade, através dos resíduos descartados no meio ambiente que, se não controlados e tratados, contaminam a água, o solo e também o ar. A existência de uma análise interna e externa do risco ambiental das empresas farmacêuticas é de grande valia e utilidade aos investidores e a sociedade. Conhecer os impactos gerados nos ecossistemas pelas operações das empresas permite uma tomada de decisão mais profunda sobre o investimento a ser realizado, bem como representa uma fonte de informação importante, a ser cobrada pela sociedade, independente do setor produtivo em que essas atuem.

Com a chegada de conceitos como a sustentabilidade empresarial e a responsabilidade corporativa no Brasil, durante a década de 1990, inúmeras empresas e organizações da sociedade civil apoiaram e participaram de seu aprimoramento e aplicação. A participação societária foi crescente durante esta década e, motivada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano de 1992 (Rio 92), as questões ambientais foram levadas ao topo da agenda mundial (LENTINO, 2010).

O movimento contou com o apoio de diversos líderes e organizações brasileiras, e a questão iniciou um processo de mudança de atitudes no mundo empresarial brasileiro (SustainAbility, 2002, Criando Valor). Mesmo sendo flexíveis perante a tecnologia, existem limites a serem respeitados no processo de desenvolvimento - e o desenvolvimento sustentável se caracteriza justamente por

respeitá-los (HOLDGATE, 1993). Com o decorrer do tempo, diversas foram as iniciativas legais que buscaram prevenir ou atenuar a poluição gerada pelas grandes indústrias, e essa questão começou a ser alavancada pela pressão da sociedade.

Tecnologia, conceitos e ferramentas vêm sendo implementados a fim de cumprir exigências legais - e éticas - provindas da sociedade. Dentre estas, citamos as ações “Fim de Tubo”, a Produção Mais Limpa (P+L), Ecodesign de produtos, Avaliação do Ciclo-de-Vida de produtos e serviços, dentre outros. Esses são considerados como críticos para o desenvolvimento econômico de qualquer corporação.

As ações ou técnicas de “**Fim de Tubo**” foram as primeiras a serem elaboradas buscando-se atenuar o impacto ambiental que determinados resíduos industriais geram, fornecendo tratamento á esses. Pode-se dizer, portanto, que elas foram as primeiras maneiras de se buscar uma melhor sustentabilidade industrial. No caso, são tratados aqueles resíduos ou materiais que foram originados durante o processo de produção, sendo assim uma alternativa remediadora e atenuadora.

Em geral, elas são realizadas por unidades de tratamentos de resíduos e emissões, que admitam custos e passivos ambientais adicionais, aumentando a complexidade do sistema. Esse tratamento é uma alternativa viável para empresas que buscam se adequar frente à legislação, mas deveriam ser utilizadas, simultaneamente, outras tecnologias que realmente visem solucionar os impactos ambientais, evitando sua criação, não só atenuando-os.

A **Produção Mais Limpa** é uma ação preventiva que busca diminuir ao máximo os impactos ambientais gerados por uma linha de produção, como por exemplo, através do aproveitamento máximo das matérias-primas e energia utilizadas durante o processo de produção. Segundo a Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, ela é a aplicação contínua e integrada de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica que visa aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização desta ou ainda da reciclagem e reutilização dos resíduos que por ventura sejam gerados, trazendo benefícios ambientais e econômicos para os processos de produção (UNIDO, 2011).

Dessa forma, ela evita que os resíduos e impactos sejam gerados em sua fonte, tornando-se uma medida mais válida que as práticas de Fim de Tubo, sendo preferíveis a longo prazo. Com esta visão, a proteção ambiental se torna vital e

difunde-se por todos os ramos do negócio, sendo vista como um desafio permanente.

A reorganização de processos de produção, estruturas logísticas, comerciais e das relações com os diversos *stakeholders* de uma empresa ou indústria, pode gerar benefícios, lucro e auxiliar no aumento da produtividade empresarial. A redução de resíduos gerados, além de diminuir os passivos ambientais, pode reduzir os custos, em recursos financeiros e humanos, que seriam necessários para geri-los. Do mesmo modo, monitorar e reduzir o consumo de matérias-primas e energia pode tanto reduzir os custos de produção, como se revelarem como práticas sustentáveis (Fronzel et al, 2004).

Há ainda quem defenda que a sustentabilidade se revele em três erres (Rs), sendo eles: reduzir, reutilizar e reciclar. A aplicação de Produção mais Limpa, tecnologias e mecanismos como a logística reversa fazem jus a esses três conceitos tão intrinsicamente ligados ao conceito do desenvolvimento sustentável, que podem resultar tanto em uma postura empresarial ética, na geração de lucro, na redução de custos e em uma maneira tangível para que as empresas possam gerar soluções e fazerem sua parte frente aos desafios ambientais que assolam o mundo, e se afirmam como desafios globais da atualidade. Preservar os recursos não renováveis será uma das chaves para o crescimento e desenvolvimento futuros (Sustainability, 2002, Criando Valor).

Utilizando uma visão um pouco mais ampla, que analise os impactos ambientais ao longo da trajetória total de vida de produtos e serviços, desde o momento da extração das matérias-primas necessárias até a eliminação dos produtos finais, surgiram avaliações diferentes e válidas, como a **Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)**. Se faz necessário considerar quais serão os impactos ambientais provenientes não só da produção de determinados produtos, mas quais serão os provenientes de diferentes fases de sua vida, como no seu uso e na sua eliminação, que em grande parte dos casos, é um grande problema ambiental.

O gerenciamento do produto e a inclusão de princípios ambientais neste pode auxiliar na redução do seu impacto ambiental total. A ACV revela-se como ferramenta de avaliação dos impactos ambientais associados a um produto, desde sua pré-criação (retirada de matérias-primas elementares) até a sua disposição final, sendo consideradas todas as etapas que fazem parte de seu ciclo de vida. Empresas que pensam de maneira proativa sobre essas questões e projetam

produtos e serviços considerando o ciclo de vida total destes, têm maior probabilidade de evitar impactos negativos, custos oriundos de reparos ou compensações, assim como prejuízos em termos de reputação.

Utilizando-se destes conceitos, surge o **Ecodesign**, o qual se relaciona diretamente a inovações empresarias, tendo foco no estágio de desenvolvimento de produtos, visando projetá-lo de maneira a gerar os menores impactos ambientais possíveis em todas as etapas de ciclo-de-vida do produto. Os produtos oriundos dessa técnica passaram a se chamar “produtos verdes” ou ainda ambientalmente corretos. Esta ferramenta reduz a utilização de matérias-primas, a geração de resíduos e os custos de disposição final (J. Jeswiet, M. Hauschild, 2004).

Com a criação de novos padrões de consumo e produção, que evoluem crescentemente desde a segunda metade do século XX e a imposição da sociedade industrial, a geração de resíduos vem crescendo em ritmo e índices alarmantes. Ritmo, este, muito superior à capacidade de absorção pela natureza. Aliado a esse crescimento se sustenta o avanço tecnológico, embora de maneira insustentável, que, por um lado, possibilita a conquista de avanços surpreendentes em diversos campos, mas por outro, contribui para o aumento da diversidade de produtos com componentes e materiais de difícil degradação e maior toxicidade.

Esta realidade conflitante configura um dos paradoxos do desenvolvimento tecnológico, sendo este um dos graves problemas ambientais e sanitários com os quais o homem pós-moderno se depara - efeitos colaterais oriundos de sua própria criatividade.

Este é um dos enormes passivos ambientais que colocam em risco os recursos naturais, a saúde e qualidade de vida, das presentes e futuras gerações, que podem ser exacerbados quando o **descarte e destinação final adequada** destes resíduos não são propostos. A disposição inadequada destes pode criar condições ambientais perigosas, as quais podem comprometer seriamente a biosfera terrestre, expondo os seres humanos, a natureza e os animais a substâncias potencialmente tóxicas ou inviabilizando recursos hídricos e naturais, afetando, conseqüentemente, a saúde humana (Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, ANVISA, 2006).

Diante dessa problemática, políticas públicas têm sido aprimoradas e discutidas, e legislações a níveis internacional e nacional com vistas a garantir o desenvolvimento sustentável e a preservação da saúde pública e do meio ambiente

vêm ganhando importância no cenário mundial atual. Nessa perspectiva, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), os governos federais e estaduais, promulgam uma série de normativas e resoluções de modo a garantir o que a própria Constituição Federal do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 defende, em um capítulo próprio dedicado inteiramente às questões relativas ao meio ambiente, no artigo 225, que diz que:

“... todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (SILVA et al, 2005)

É exigência legal que todos os **geradores de resíduos de saúde** (categoria que engloba as indústrias), sejam devidamente regularizadas junto a suas entidades representativas e órgãos reguladores, obedeçam diversas normativas legais, cabendo destacar dentre estas: a **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, e a Resolução da Diretoria Colegiada - **RDC nº 306**, de 07 de dezembro de 2004, que regulamentou o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS). Esta última surgiu da necessidade de harmonização entre duas antigas resoluções legais de dois diferentes órgãos reguladores, a RDC Anvisa nº 33/03 e a Resolução CONAMA nº 283/01, que tratavam do manejo e gestão de resíduos sólidos de saúde através de orientações distintas e conflitantes.

A primeira normativa, Lei nº 12.305, aplica-se a todos os geradores de Resíduos Sólidos e a segunda, RDC nº 306, aplica-se especificamente aos geradores de resíduos sólidos de saúde. Segundo estas normativas, estes geradores, diretos ou indiretos, são responsáveis compartilhados por estes resíduos, e deverão gerenciá-los seguindo um conjunto de procedimentos de gestão e planejamento, a partir de bases científicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar a estes, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública e coletiva, dos recursos naturais e do meio ambiente. O GRSS deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, dos recursos materiais e a capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo dos RSS.

A **destinação final ambientalmente adequada** é um procedimento que se faz necessário e defendido por lei, englobando a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético admitindo-se, ainda, outras destinações indicadas pelos órgãos legislativos competentes, como o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e o Suasa, encontrando-se, entre elas, a disposição final.

Entende-se por disposição final ambientalmente adequada a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas adequadas específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, além de minimizar os impactos ambientais adversos.

Ainda nesse contexto, a **logística reversa** revela-se como instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição de resíduos sólidos ao setor empresarial, seguindo a rota inversa do consumo ou venda: do consumidor final para a empresa, caracterizada neste caso como geradora de resíduos, também responsável pelo ciclo de vida dos produtos que fornece. Em geral, estes resíduos poderão ser reaproveitados, em seu próprio ciclo ou em outros ciclos produtivos ou ainda ter outra destinação final adequada.

Portanto, enquanto a logística tradicional se ocupa do fluxo de saída dos produtos no sentido empresa-consumidor, a logística reversa preocupa-se com o caminho inverso. Em um primeiro momento ela pode ser vista somente como um gasto adicional, uma obrigação legal a qual algumas empresas são submetidas, tendo que se preocupar com o retorno desses produtos, materiais e constituintes a empresa geradora.

Contudo, esse pensamento já está sendo ultrapassado, e empresas de diferentes setores, como nos casos das gigantes do setor de refrigerantes Coca-Cola e AMBEV, ou ainda a de cosméticos, Natura, revelam que este pode ser uma oportunidade de geração de custos em montantes consideráveis, através do emprego de embalagens recicláveis e/ou reutilizáveis. (DAHER et al, 2006)

Seja devido a legislações ambientais mais severas, seja devido a maior consciência por parte dos consumidores, grandes cases de empresas têm ganhado destaque ao tratar a logística reversa não só como uma exigência legal, mas como uma arma estratégia em seu planejamento de negócios, reduzindo custos e alinhando seus processos aos da sustentabilidade.

As empresas não estão só utilizando uma maior quantidade de materiais reciclados, como também tendo que se preocupar com o descarte correto de seus produtos ao fim de seu ciclo de vida, ou ainda em fomentar a reutilização de embalagens primárias. (DAHER et al, 2006 e NATURA, 2010)

Cabe salientar que uma das propostas do presente trabalho além de analisar se as empresas presentes, além de responderem aos Indicadores de Sustentabilidade ambientais (ENs), propostos pelo modelo GRI, também programam e divulgam ações de logística reversa que atinjam seus consumidores finais. Para tal, analisamos tanto os relatórios de sustentabilidade elencados, como os websites das empresas elencadas.

Atualmente, para empresas conquistarem e preservarem uma imagem positiva perante o mercado e a sociedade, já não basta oferecerem produtos e serviços de alta qualidade, gerando empregos e pagando suas contas e impostos em dia. Elas ainda devem **contribuir para o desenvolvimento sócio ambiental da comunidade onde estão instaladas, gerando impactos sociais e ambientais positivos**, correspondendo, deste modo, às expectativas do consumidor atual, que cada vez mais mostra consciência e valoriza tais aspectos.

Frisamos que os empreendimentos farmacêuticos devem ser reconhecidos como estabelecimentos de saúde, e devem ser conscientes de seu papel fundamental na promoção da saúde enquanto bem-estar físico, psíquico e social de todos os indivíduos com os quais venha a interagir. Para isso, é importante que estas tenham consciência de seu papel como agentes de mudança social, econômico e ambiental.

3.3. Relatórios e Indicadores de Sustentabilidade

Contudo, quantificar e qualificar impactos socioambientais utilizando-se de indicadores mensuráveis ainda configura um desafio, em especial para as pequenas e médias empresas de todos os setores, que ainda estão incorporando esta necessidade aos poucos, embora diversas delas já se preocupem e propõem ações e políticas sustentáveis.

Esse processo já se encontra em um estágio mais avançado quando analisamos o contexto atual de grandes empresas e corporações que, além de adotar tais práticas, as relatam ao mundo e sua rede de *stakeholders* através de Relatórios de Sustentabilidade, seguindo modelos definidos por organizações e

associações preocupadas com esta demanda. Contudo, esses relatórios analisam tanto a realidade, política estrutural e organizacional da empresa, quanto os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados por estas corporações, através de Indicadores de Sustentabilidade passíveis de identificação, sendo alguns deles quantificáveis.

Cabe ressaltar que através da elaboração e publicação desses relatórios, tais empresas defendem uma imagem positiva perante o mercado, alinhando a sustentabilidade aos seus valores, sua missão, seus produtos e serviços.

Uma das formas de defender e divulgar as práticas, políticas e alinhamento da empresa frente à sustentabilidade se dá através da publicação de Relatórios de Sustentabilidade. Estes são uma importante ferramenta de prestação de contas e transparência das organizações. O modelo para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais utilizado atualmente em todo o mundo é o desenvolvido pela GRI (*Global Reporting Initiative*).

O processo de sua elaboração contempla o engajamento de *stakeholders* (partes interessadas), a avaliação de assuntos relevantes para a empresa, a definição de indicadores de desempenho (Indicadores de Sustentabilidade) e a comunicação. Essa é uma definição ampla considerada sinônimo de outros relatórios (como relatório cidadão, social, ambiental, dentre outros) cujo objetivo é, basicamente, descrever quais são os impactos econômicos, ambientais e sociais, segundo o conceito *Tripple Bottom Line*, de uma organização.

A *Global Reporting Initiative* é uma rede ampla, de natureza multistakeholder, composta por especialistas e representantes de diversas áreas de atuação e conhecimento, de diversos países do mundo. Essa organização foi criada em 1997, em uma parceria entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* e o *Programa Ambiental das Nações Unidas*.

Em 2002, a GRI foi constituída como organização independente sem fins lucrativos, com sede em Amsterdã, Holanda. Desde a sua criação ela tem tentado capacitar as organizações que produzam relatórios a descrevê-los e articulá-los da melhor maneira possível, buscando aprimorar suas contribuições em direção ao desenvolvimento sustentável. Outra intenção foi a de fomentar a necessidade de publicação de tais relatórios, fazendo com que um número cada vez maior de organizações passe a adotá-lo, seguindo um padrão internacional (no caso da própria GRI), facilitando deste modo a comparação e análise do desempenho das

empresas em geral, e das próprias empresas por si próprias, ao longo do tempo (GRI, 2010b; PESTANA et al, 2008).

Através do desenvolvimento de tais relatórios e segundo o modelo (*framework*) do relatório da GRI, as organizações relatoras encontram ferramentas e indicadores (ou índices) que analisam ou visam desenvolver suas habilidades, capacidades e competências de: gestão, mensurabilidade e redução de custos referentes a sustentabilidade, fortalecimento da marca e reputação, diferenciação no mercado e proteção contra enfraquecimento da marca resultante das ações de seus stakeholders (GRI, 2010a).

Para promover uma padronização entre relatórios, o GRI estabeleceu em suas *Guidelines* critérios para que isso fosse possível. A atual versão data do ano de 2006, chamada de GRI-G3, e foi atualizada com suplementos em 2011, dando origem a GRI-G3.1. Essa versão contém princípios e direcionamentos para definir o conteúdo considerado relevante para a discussão da sustentabilidade e para a produção de um relatório significativo, especificando quais os elementos corporativos que devem ser preferencialmente incluídos nestes.

As diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI consistem em princípios para a definição do conteúdo do relatório e qualidade das informações elencadas, além de estipular limites a serem respeitados na elaboração deste relatório. Todos estes princípios foram elaborados visando garantir que o relatório seja composto de indicadores de desempenho e divulgação válidos e aplicáveis a qualquer tipo de organização, de qualquer porte, setor ou localidade. Inclui-se nos modelos e diretrizes para elaboração destes relatórios os de conteúdo geral e os específicos de cada setor (Suplementos Setoriais).

As diretrizes estão estruturadas em duas partes, como demonstrado na figura 2. A Parte 1: Princípios e Orientações – que definem o “como relatar”, trazendo orientações para definição do conteúdo do relatório, assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite ou escopo do relatório, e a Parte 2: Conteúdo do Relatório, ou o “o que relatar”, que estabelece referências para relatar o perfil da organização, sua forma de gestão (governança, compromisso e engajamento) e finalmente os indicadores de desempenho.



Figura 2 – Estrutura e Guidelines para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade segundo o modelo GRI. Adaptado do General Guidelines do GRI G3.1.

Com relação à comunicação ou à publicação do relatório, é importante esclarecer que existem três níveis de aplicação do relatório estabelecidos pela GRI (C, B e A). Cada nível estabelece um número de indicadores de desempenho que deve ser respondido e a quantidade de informações que deve conter o relatório. O nível C, por exemplo, estabelece um mínimo de 10 indicadores que deve ser respondido, enquanto o nível B exige um mínimo de 20 indicadores.

Além do nível de aplicação existem também três formas de comunicar o relatório:

- Auto declaração simplesmente, no qual a empresa divulga o relatório sem revisão do GRI ou auditoria externa;
- Envio à revisão pela GRI, no qual a GRI faz uma análise da coerência e consistência do relatório (se aprovado, o relatório pode ser publicado com o logotipo da GRI);
- Verificação de terceira parte, no qual a empresa emitente contrata um organismo de verificação e realiza uma auditoria não só do relatório, mas também de suas operações, para comprovar a autenticidade do relatório. Realizada esta auditoria, o relatório é classificado com o símbolo +, juntamente com a letra de nível de aplicação (C, B ou A).

A tabela abaixo traz mais detalhes sobre esta questão:

Tabela 1 – Categorização de Relatórios de Sustentabilidade.

Nível de	C	C+	B	B+	A	A+
----------	---	----	---	----	---	----

Aplicação do Relatório						
Perfil da G3.	Deve responder os itens 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15.	COM VERIFICAÇÃO EXTERNA	Deve responder a todos os critérios elencados para o nível C e mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17.	COM VERIFICAÇÃO EXTERNA	O mesmo exigido para o Nível B.	COM VERIFICAÇÃO EXTERNA
Informações sobre a Forma de Gestão da G3.	Não exigido.		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador.		Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador.	
Indicadores de Desempenho da G3 e Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial.	Deve responder um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas do desempenho: social, econômico e ambiental.		Deve responder um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas do desempenho: social, econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, responsabilidade pelo produto.		Deve responder a cada Indicador essencial da G3 e Suplemento Setorial com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) responder ao indicador e (b) explicando o motivo da omissão.	

Fonte - Adaptado de GRI-G3 Guidelines.

Para que uma empresa seja classificada como A+, ela deverá, portanto aplicar seu relatório para este nível, respeitando todos os detalhes e condições para

que se enquadre em tal nível de aplicação, além de receber averiguação externa de todas as informações apresentadas em seu relatório de sustentabilidade.

Além disso, encontram-se disponíveis os Suplementos Setoriais do modelo GRI, que tratam-se de versões adaptadas das Diretrizes e do modelo geral de relatório. Estes ajudam a tornar os relatórios de sustentabilidade mais relevantes e mais fáceis de serem elaborados por organizações de setores específicos. Alguns setores enfrentam questões únicas, como o ruído do setor de aeroportos. Os Suplementos Setoriais possibilitam a captura de questões de relevância essencial para a produção de Relatórios de Sustentabilidade específicos de um setor. Essas questões não poderiam aparecer nas Diretrizes Gerais da GRI, uma vez que são relevantes para uma gama específica de stakeholders.

Os Suplementos Setoriais foram projetados para serem utilizados de maneira complementar ao Protocolo Técnico – Aplicando os Princípios de Conteúdo dos Relatórios. O Protocolo Técnico é uma publicação de 2011 que fornece uma orientação sobre como definir o conteúdo de um relatório de sustentabilidade. É importante frisar que neste ano a GRI lançou o GRI G3.1, uma atualização e complementação da terceira geração de Orientações Gerais (G3 Guidelines). As novas orientações do GRI estabeleceram novos Princípios de Elaboração de Relatórios e novos Indicadores de Desempenho para as categorias econômica, social e ambiental. Dentre as novidades, encontram-se os Suplementos Setoriais que possuem novos comentários integrados e novos indicadores de *performance* para os setores, garantindo que os relatórios de sustentabilidade abranjam questões fundamentais destes setores.

Os Indicadores de Desempenho de Sustentabilidade estão organizados nas categorias econômica, ambiental e social. Cada categoria inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto de aspectos ambientais. A denominação dos grupos de indicadores é dada de acordo com a abordagem, sendo estes: EC (*Economic* ou econômico), EN (*Environmental* ou Ambiental), LA (*Labour Practices* ou Práticas de Trabalho), HR (*Human Rights* ou Direitos Humanos), SO (*Social* ou Social) e PR (*Product Responsibility* ou Responsabilidade de Produção).

Há também uma subcategorização por Aspecto, dentro de cada denominação, e este é entendido como uma aglutinação de certo tema que se relaciona a um conjunto de indicadores da mesma natureza. Por exemplo, dentro da categoria EN

(Ambiental) têm-se o Aspecto Material, relacionado à quantia e porcentual de materiais (ou matérias-primas, recursos físicos) utilizados pela empresa em questão.

Além disso, todos os indicadores de sustentabilidade, de todas as categorias elencadas, são ainda classificados como essenciais ou vitais (do inglês “core”) ou adicionais (do inglês “additional”), segundo padronização geral proposta pela GRI (esta classificação muda constantemente, já que novos Indicadores são criados e realocados). Esses tipos de indicadores, segundo a GRI *Guidelines*, se distinguem da seguinte maneira: os indicadores essenciais são relevantes para todas as organizações relatantes e de interesse a grande maioria dos stakeholders; já os indicadores adicionais tanto representam práticas pioneiras ou inovadoras, como fornecem informação de interesse a stakeholders.

Todos os indicadores essenciais devem ser considerados como tal ao elaborarem-se Relatórios de Sustentabilidade, a menos que sejam considerados como imateriais ou irrelevantes através da aplicação e reflexão sobre os Princípios da Informação propostos pelas Diretrizes do GRI. Contudo, assume-se que os indicadores adicionais poderão se tornar futuros indicadores essenciais a medida que os modelos e princípios sejam atualizados. Ao todo, os Indicadores de Sustentabilidade Ambiental propostos pelo modelo GRI-G3 totalizam um número de 30, sendo: 18 essenciais e 12 adicionais, divididos em 9 Aspectos.

É importante salientar que estes indicadores foram criados visando atender todo o tipo de organizações, não possuindo limites mínimos ou máximos de quantificação. Estes indicadores devem ser analisados dentro do contexto de cada empresa ou organização relatora, e a melhor parametrização destes ainda é um desafio pertinente.

Os Indicadores de Sustentabilidade da categoria ambiental (ENs numerados), sua classificação conforme tipo e aspecto são descritos na tabela a seguir:

Tabela 2 – Indicadores da categoria ambiental (EN) segundo o modelo GRI-G3.

Indicadores	Tipo	Descrição	Aspecto
EN1	Essencial	Materiais utilizados (por peso em kg ou volume L).	Material
EN2	Essencial	Percentual de materiais reciclados utilizados.	

EN3	Essencial	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	Energia
EN4	Essencial	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária.	
EN5	Adicional	Economia de energia devida a melhorias em conservação e eficiência.	
EN6	Adicional	Iniciativas e projetos de fornecimento de produtos/serviços com baixo consumo de energia.	
EN7	Adicional	Iniciativas para redução do consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	
EN8	Essencial	Total de retirada de água, por fonte.	Água
EN9	Adicional	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	
EN10	Adicional	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	
EN11	Essencial	Localização e tamanho da área administrada dentro de áreas protegidas.	Biodiversidade
EN12	Essencial	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas de alto índice de biodiversidade.	
EN13	Adicional	Habitats protegidos ou restaurados.	
EN14	Adicional	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	
EN15	Adicional	Número de espécies em extinção afetadas por operações da empresa.	

EN16	Essencial	Total de emissões diretas e indiretas de gases efeito estufa, por peso (kg).	Emissões, Efluentes e Resíduos
EN17	Essencial	Outras emissões indiretas relevantes de gases efeito estufa, por peso.	
EN18	Adicional	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	
EN19	Essencial	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	
EN20	Essencial	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por peso.	
EN21	Essencial	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	
EN22	Essencial	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	
EN23	Essencial	Número e volume total de derramamentos significativos.	
EN24	Adicional	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentual destes resíduos transportados internacionalmente.	
EN25	Adicional	Identificação, tamanho e status de proteção do índice de biodiversidade dos corpos aquíferos afetados por efluxo líquido.	
EN26	Essencial	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a redução desses impactos.	Produtos e Serviços
EN27	Essencial	Percentual de produtos e sua porcentagem recuperada em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	

EN28	Essencial	Valor monetário de multas significativas resultantes da não conformidade com leis ambientais.	Conformidade
EN29	Adicional	Impactos ambientais de transporte de produtos e do transporte de trabalhadores.	Transporte
EN30	Adicional	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	Geral

Fonte – GRI 2000-2006 (G3), adaptado e traduzido pelo autor.

Ao analisarmos a dimensão ambiental e os Indicadores de Sustentabilidade referentes ao meio-ambiente (ENs), segundo o modelo GRI, podemos dizer que estes se referem aos impactos da organização a ser analisada sobre o meio-ambiente como um todo.

Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos (como matérias-primas, energia, água) e a produção (emissões, efluentes e resíduos provindos ou utilizados nesta). Além disso, diz respeito ao desempenho relativo à conformidade ambiental as leis e normas, além de conter informações relevantes relacionadas a produtos e serviços.

O modelo GRI e suas diretrizes afirmam que é de importância vital que os indicadores, tanto ambientais como os demais, sejam utilizados conforme a importância destes para a organização e para o ambiente em geral, atendendo as expectativas dos stakeholders. Contudo, essa relevância de utilização pode ser considerada questionável, já que certas vezes alguns destes stakeholders interessados questionam porque certas organizações não utilizam certos Indicadores (ou nem mesmo justificam o porquê de não considera-los relevantes).

Segundo analistas de organizações e associações voltadas a análise das políticas e ações empresariais referentes à sustentabilidade e responsabilidade corporativa, e da própria GRI, o simples ato de começar a elaborar relatórios de sustentabilidade já é uma vitória, já que é neste momento que muitas empresas começam a refletir sobre estas questões e incorporá-las ao seu modo de fazer negócios e aos seus valores (CLARO et al, 2007).

Para a gestão corporativa da empresa, o relatório pode representar o diagnóstico das principais fortalezas e debilidades no que tange o seu desempenho socioambiental, e assim, uma oportunidade de inovação e aumento de seu desempenho. Para a imagem pública da empresa, o relatório GRI é uma oportunidade de melhoria da transparência, reputação e aumento da fidelidade, motivação e compromisso de seus diferentes stakeholders (funcionários, colaboradores, fornecedores, acionistas e investidores).

A importância da mensuração e utilização de índices é clara, já que não podemos gerir aquilo que não podemos descrever ou mensurar. Isto foi demonstrado por PETERSEN *et al*, 2007, em uma pesquisa encomendada pelo programa P3 da *Environmental Protection Agency – EPA*, desenvolvido pela *Ohio Foundation of Independent Colleges* e pelo programa Eficiência Energética do *US Department of Energy Rebuild*, onde buscou-se quantificar o grau de eficácia da utilização de recursos da informação para a modificação de padrões do consumo. O estudo mostrou que a aplicação de *feedback*, educação e incentivos provocaram a mudança de comportamento dos participantes, resultado em uma redução de 32% no consumo de eletricidade.

Embora seja um exemplo aplicado a um contexto específico e pitoresco, ele retrata a importância da utilização de mecanismos de *feedback*, e como estes podem e devem ser determinantes quando analisados ao longo do tempo, tendo-se um objetivo final estipulado. Este estudo, analisou o consumo de água e eletricidade, por residentes de dormitórios com acesso, ou não, a uma ferramenta de feedback em tempo real referente ao total de energia consumido nesse ambiente. Comprova-se que o uso de indicadores ou índices, acoplados a sistemas de feedback, aliados a políticas de conscientização referente ao uso irracional de recursos como energia, podem reduzir realmente os índices de utilização.

Segundo uma avaliação da *Climate Counts*, o *Climate Counts Scorecard*, uma iniciativa da organização sem fins lucrativos *Clean Air-Cool Planeta*, o setor industrial farmacêutico destacou-se como líder em comunicar e mensurar sua pegada de carbono, em comparação aos outros 13 setores analisados, mas embora tenha pontuado mais que diversos outros setores, ainda precisa melhorar seu desempenho na redução de suas emissões de gases do efeito estufa e assumir postura prática frente a legislação climática. As empresas AstraZeneca e Johnson &

Johnson são as primeiras da categoria, com 76 e 75 pontos na avaliação citada previamente (CLIMATE COUNTS, 2010).

O setor farmacêutico apresentou um desempenho superior aos outros 13 setores analisados, com mais de 87% das 22 empresas analisados categorizadas com o ícone “caminhando”, uma classificação que faz menção ao estágio atual das políticas e ações empresarias quanto a problemática climática global. Tiveram destaque as categorias “inspeção” e “relatórios”, mostrando capacidade para melhoria nas seções “redução” e “política” do estudo.

A organização avaliou 14 setores segundo 22 critérios, para identificar o compromisso de empresas com as mudanças climáticas, incluindo a mensuração e redução de impactos, atenção às leis climáticas e comunicação de suas ações. Os setores e empresas são ainda classificados segundo o estado atual de suas políticas e ações frente às questões como: “caminhando”, “começando” ou “parado”.

Esta organização visa, em um esforço colaborativo, reunir empresas e consumidores contra a mudança climática local. Ela oferece funcionalidades on-line aos consumidores para que se expressem com relação às empresas, manifestando aprovação às organizações que levam a questão a sério, ou não. Além de especialistas, os próprios usuários (consumidores em geral) podem classificar as empresas de acordo com o nível de comprometimento que estas têm, segundo eles, com a temática, através de um *scorecard*.

A adesão de empresas ao modelo de relatório de sustentabilidade da GRI cresce anualmente, tanto em esfera internacional quanto nacional. Buscando avaliar a qualidade desses relatórios, o programa Global Reporters realizou pesquisa em níveis nacionais e internacionais. No estudo *Rumo à Credibilidade: uma pesquisa de relatórios de sustentabilidade no Brasil*, publicado em 2008, conduzido pela *Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável* (FBDS) em parceria com a *SustainAbility* e o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA), buscou-se avaliar a qualidade de relatórios de sustentabilidade publicados por empresas brasileiras.

Para isso, selecionaram-se 78 empresas brasileiras que publicam relatórios de sustentabilidade, dos quais foram elencados os 10 melhores relatórios a serem mais bem avaliados segundo critérios extraídos da metodologia *Global Reporters*. Dentre as empresas elencadas, somente metade tinha origem em capital nacional, outra parte era subsidiária multinacional e três são concessionárias de energia

elétrica. Contudo, a empresa com maior pontuação, a primeira do ranking, com 54% da pontuação total, foi a *Natura*, empresa nacional líder no mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal.

Todos os relatórios elencados na categoria top 10 do estudo da *Climate Count* seguem, parcial ou inteiramente, as Diretrizes G3 da GRI, utilizando-se de ferramentas e organizações de avaliação e verificação externa, buscando fortalecer a credibilidade deste processo. Contudo, o estudo identificou pontos positivos e negativos nos relatos. Dentre os pontos fortes destacou-se a maneira como as empresas articulam o compromisso com a sustentabilidade de modo a catalisar crescimento e sucesso. Já entre os fracos, estão a necessidade de aprofundar o valor estratégico dos relatórios, elencar quais são os desafios na implementação destes, além da ausência de materialidade, metas e governança encontradas em alguns destes relatos (SUSTAINABILITY/FBDS e UNEP, 2008).

A prática de elaboração e divulgação de Relatórios de Sustentabilidade está começando, aos poucos, a atingir os pequenos players do mercado, tanto em virtude de normativas regulamentares impostas pelos órgãos de vigilância sanitária e ambiental, quanto em virtude de pressões do mercado, que começa a apresentar preferência por produtos e serviços ecológica e socialmente corretos.

Dar preferência a produtos de empresas que têm uma clara preocupação com o meio ambiente, não compactuar com a ilegalidade, não consumir de forma a prejudicar as gerações futuras, dar preferência às empresas que não exploram o trabalho infantil, reclamar os seus direitos, usar o poder de compra para defender o emprego no país, adquirir produtos nacionais, colaborar para reduzir a quantidade de lixo produzido, evitando o desperdício e a compra de produtos com embalagens inúteis ou que demorem a se decompor, dar preferência a materiais reciclados, saber identificar as empresas que são éticas em seu relacionamento com os consumidores, os trabalhadores, os fornecedores, a sociedade e o Poder Público, são algumas das ações do consumidor consciente (INMETRO, 2002, p. 59-62), e todas estas iniciativas são transversais aos conceitos da sustentabilidade.

Percebe-se, cada vez mais, que os consumidores preferem, além de bons produtos e serviços, empresas que estejam comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Quando percebem a existência de consciência social, o consumidor se identifica com a empresa sob o prisma do exercício da

cidadania, criando vínculos de fidelidade difíceis de ocorrer com entidades que cultivam valores diferentes (MELO NETO e FROES, 2001, p. 101).

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC (2004, p. 11):

A atitude dos consumidores está mudando. Além de preço e qualidade, eles estão cada vez mais atentos a aspectos relacionados ao comportamento das empresas, como o respeito aos direitos humanos, trabalhistas e dos consumidores; a normas de preservação ambiental; à ética na publicidade e nas práticas empresariais; a promoção do bem-estar social; etc. A transparência das empresas em relação a essas informações também passa a ser valorizada, tornando-se a principal ferramenta para o consumo consciente e cidadão.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, 31% dos consumidores brasileiros prestigiaram ou puniram uma empresa com base em sua conduta social. Entre os identificados como “líderes de opinião”, esse índice chega a 50% e, entre os entrevistados com maior nível de escolaridade, 40% revelaram o mesmo comportamento. Para 51% dos consumidores, a ética dos negócios é um dos principais fatores para se avaliar uma empresa. (ASHLEY, 2003, p. 71).

Desse modo, a responsabilidade social corporativa ou empresarial, assim como a responsabilidade ambiental das empresas está diretamente interligada à responsabilidade social e ambiental do consumidor, que cada vez mais se torna consciente quanto a seus hábitos de consumo, fazendo escolhas que levam em conta tais atributos e, agora, começa a cobrar constantemente uma postura ética, social e ambientalmente correta das empresas e dos demais consumidores (IDEC, 2004, p. 5).

4. METODOLOGIA

4.1. Materiais

Os Relatórios de Sustentabilidade selecionados para o estudo foram os de indústrias farmacêuticas, nacionais ou internacionais, que seguem o padrão GRI (*Global Reporting Initiative*) de publicação. Selecionamos os relatórios mais bem conceituados em rankings e scores internacionais (como o *Climate Counts Scorecard*) de avaliação de relatórios de sustentabilidade.

Dos relatórios mais citados e melhor pontuados em escalas de avaliação internacional, selecionamos os de seis diferentes indústrias do setor farmacêutico: **GlaxoSmithKline, AstraZeneca, Roche, Baxter, Johnson&Johnson e Natura.**

Todos esses Relatórios de Sustentabilidade, com exceção do publicado pela empresa Natura, se encontravam entre os 10 melhor pontuados representantes do setor industrial farmacêutico, das 22 elencadas pelo *Climate Counts Scorecard*.

O relatório da empresa Natura foi selecionado por tratar-se de um case nacional de sucesso e referência internacional de sustentabilidade, sendo esta pioneira em divulgar relatórios de sustentabilidade no Brasil, desde 2004. Além disso, o Relatório de Sustentabilidade de 2008 da Natura, alcançou a maior pontuação dentre as centenas de relatórios brasileiros avaliados pela consultoria *SustainAbility*, em parceria com a FBDS.

Os relatórios selecionados foram localizados nos websites das empresas selecionadas, referentes aos anos de 2008 a 2010. Todas as empresas selecionadas elaboram relatórios de sustentabilidade seguindo o Modelo GRI, com exceção da empresa GlaxoSmithKline.

Cabe destacar que a maioria das empresas eleitas como detentoras dos melhores Relatórios de Sustentabilidade não emitiram novos relatórios referentes aos dois últimos anos, sendo alguns dos relatórios analisados de anos diferentes. No Brasil, a quantidade de empresas que publicam relatórios como este é inferior a cem, segundo o FBDS, 2008.

Contudo, em seu modelo próprio de relatório, a empresa apresenta um Índice Remissivo de Indicadores de Sustentabilidade do GRI (do inglês "GRI Index"), onde apontam os Indicadores de Sustentabilidade do modelo GRI que podem ser encontrados em seu relatório.

4.2. Métodos

4.2.1. Análise Quantitativa

Na análise quantitativa buscamos contabilizar os indicadores ambientais (ENs) apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas selecionadas pelo estudo. Eles serão apresentados em tabelas e gráficos buscando demonstrar tanto os indicadores, quanto os aspectos mais presentes nos relatórios estudados.

Em sequência, calculou-se a frequência e distribuição dos indicadores ambientais, segundo tipos, aspectos e relevância, apresentados em cada um dos Relatórios de Sustentabilidade das seis empresas analisadas. Estes dados serão melhor debatidos através da Análise Qualitativa dos mesmos.

4.2.2. Análise Qualitativa

Nessa etapa, ocorre a análise e discussão sobre a presença e relevância dos Indicadores de Sustentabilidade e Aspectos mais presentes nos relatórios estudados, utilizando-se os dados da análise quantitativa.

Além disso, observou-se que muitas vezes um grupo de indicadores, mesmo que pormenorize uma problemática, evidencia um mesmo impacto ambiental, portanto buscamos relacionar os aspectos e indicadores com os impactos mais relatados na literatura como pertinentes ao setor industrial farmacêutico.

Considerou-se, então, a razão entre os indicadores apresentados pela empresa e o total de indicadores relevantes para o setor, em porcentagem, segundo o seguinte cálculo:

$$\text{Relevância de Indicadores (\%)} = \frac{\text{Indicadores Relevantes Apresentados} \times 100}{\text{Total de Indicadores Relevantes}}$$

Analisou-se ainda se as empresas selecionadas utilizam ou fomentam mecanismos de logística reversa e de gestão adequada de resíduos. Além disso, buscamos analisar se estas dão preferência ao uso de materiais recicláveis.

A presente análise teve caráter exploratório, já que foram verificados e relacionados em literatura os principais impactos ambientais do setor, confrontando-os com os indicadores do modelo GRI. Buscou-se, ainda, avaliar se as empresas apresentam ou fomentam os mecanismos supracitados, de maneira explícita e consciente, em seus relatórios de sustentabilidade ou demais meios de comunicação (no caso, em seus websites).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro momento, apresentamos a relação de indicadores ambientais (série EN) presentes nos relatórios de cada empresa do setor industrial farmacêutico analisada, discriminando também o ano do relatório e a porcentagem total de indicadores desta série apresentados pelas mesmas:

Tabela 3 – Indicadores apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade analisados.

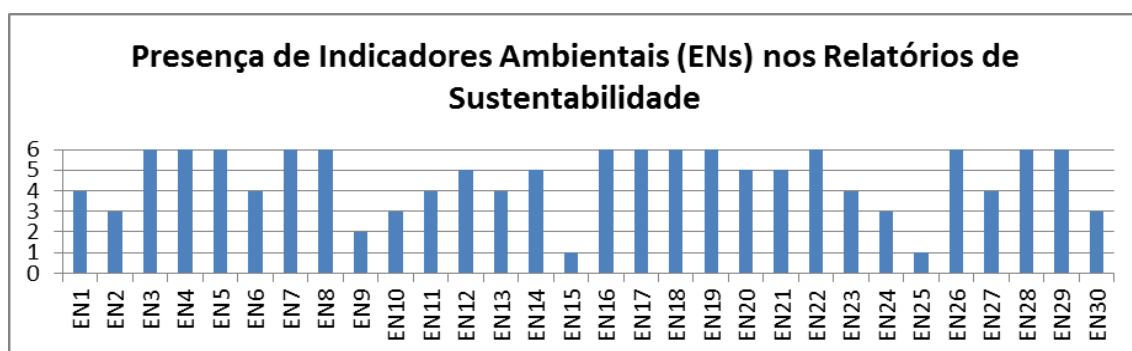
Empresa Relatora	Ano	Indicadores Ambientais Apresentados	Percentual Total de ENs	Modelo GRI	Categoria do Relatório
-------------------------	------------	--	--------------------------------	-------------------	-------------------------------

AstraZeneca	2009	EN3 a EN5; EN7 a EN8; EN11 a EN14; EN16 a EN22; EN26; EN28; EN29.	66,6%	Sim	B+
Baxter	2009	EN1 a EN9; EN11 a EN14; EN16 a EN23; EN26 a EN30	86,6%	Sim	B
GlaxoSmithKline	2010	EN1;EN3 a EN8;EN12; EN14; EN16 a EN22; EN24; EN26; EN28; EN29.	66,66%	Não	N/A
Johnson & Johnson	2009	EN1 a EN5; EN7; EN8; EN10; EN13; EN14; EN16 a EN19; EN22; EN23; EN26 a EN29.	60%	Sim	N/A
Natura	2008	EN1 a EN30.	100%	Sim	A+
Roche	2010	EN3 a EN8; EN10 a EN12; EN16 a EN24; EN26 a EN30.	76,66%	Sim	A+

Fonte – Relatórios de Sustentabilidade das empresas analisados pelo estudo.

A seguir, são apresentados dois gráficos: o primeiro, Figura 3, demonstrando a presença geral dos indicadores ambientais nos diferentes relatórios estudados; e o segundo, Figura 4, apresentando qual o percentual de apresentação de cada aspecto nos relatórios estudados. Assim, podemos verificar quais indicadores e aspectos ambientais mais e menos abordados nestes.

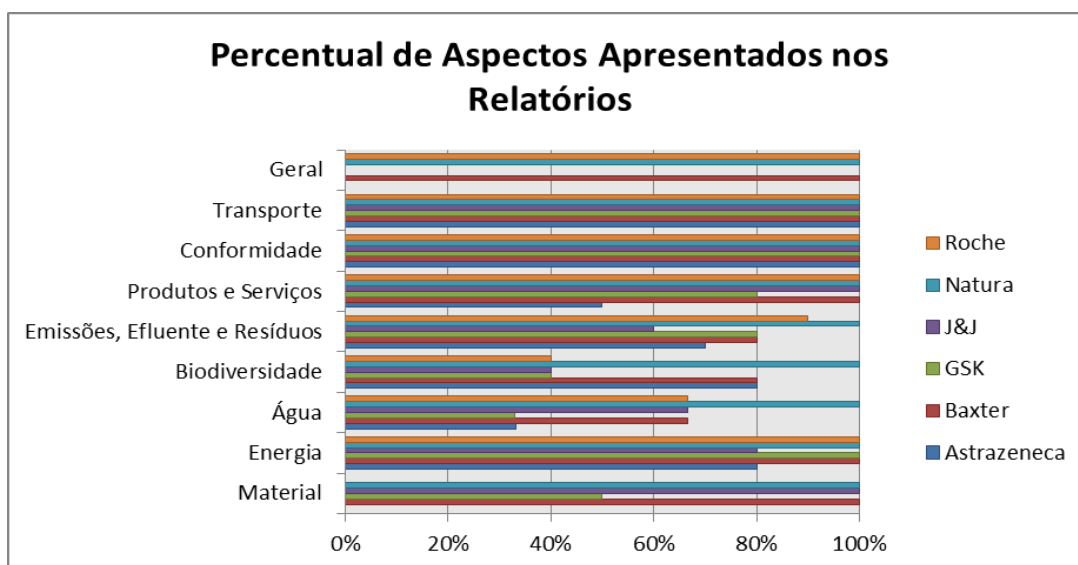
Figura 3 – Presença dos Indicadores Ambientais nos Relatórios.



Pode-se verificar que as empresas analisadas pelo presente trabalho, por se tratarem de indústrias farmacêuticas e já se encontrarem inseridas em estágios mais avançados de sustentabilidade empresarial, apresentam um grau elevado de consciência quanto à necessidade de divulgarem relatórios de sustentabilidade, sendo esperado que apresentassem grande parte dos indicadores propostos pelo Modelo GRI-G3.

Nota-se que os indicadores relacionados a Emissões, Efluentes e Resíduos (EN16 a EN22), Conformidade (EN28), Transporte (EN29), Energia (EN3 a EN7), Produtos e Serviços (EN26 e EN27) e Água (EN8 a EN10), foram os mais reportados pelas indústrias estudadas. E existem considerações importantes a serem feitas sobre a preponderância da relação de tais indicadores e aspectos.

Figura 4 – Percentual de apresentação dos aspectos ambientais nos relatórios



Como já dito anteriormente, a indústria farmacêutica, tratando-se de uma categoria especial de indústria química, já possui certa experiência no campo da sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito as necessidades de adequar às legislações ambientais e normas, o que pode ser visualizado através da presença de grande parte dos indicadores dos aspectos “Emissões, Efluentes e Resíduos” e os de “Conformidade”.

Diversos acidentes e catástrofes ambientais levaram a um aumento da preocupação e, conseqüentemente, da legislação regulatória e vigilância imposta

pelos órgãos vigentes, responsáveis por assegurar a segurança e proteção do meio-ambiente e da sociedade.

Dentre estes acidentes, destacou-se o desastre de Seveso, ocorrido em julho de 1976 na região de Milão (IT), que resultou na maior exposição humana à dioxina já registrada, substância que se espalhou pelas regiões residenciais desta cidade. Após o acontecimento, criaram-se uma série de regulações mais severas ao setor industrial, uma delas conhecida como Segunda Diretiva de Seveso.

Desde então, governos e organizações multilaterais de todo o mundo começaram a dar início a medidas e atividades para proteger o meio-ambiente dos impactos ambientais industriais, com foco em emissões e resíduos gerados pelo setor. Com a intensificação da Revolução Industrial, e dos padrões de produção e consumo, as legislações ambientais começaram a se tornar mais severas, em especial nas últimas décadas, quando a problemática ambiental se intensificou e tornou-se uma das Diretrizes do Milênio.

Devido a estes fatos, as indústrias analisadas apresentam certa capacidade em mensurar qualitativa e quantitativamente seus indicadores de “Emissões, Efluentes e Resíduos”, além dos referentes à “Conformidade”. Estes Indicadores são importantes quando se faz necessária a implementação de práticas de Gestão de Resíduos, também em conformidade com as exigências legais.

Contudo, dentro do aspecto “Emissões, Efluentes e Resíduos”, observou-se que os ENs 24 e 25, referentes ao transporte de resíduos considerados perigosos e a identificação e quantificação de corpos aquíferos afetados por efluentes, respectivamente, não foram constatados na grande maioria dos relatórios analisados, seja por dificuldade em mesurar estes indicadores ambientais ou por falta de interesse em reporta-los.

Além destes, os indicadores respectivos aos aspectos de Transporte, Produtos e Serviços e Energia foram bastante relatados, provavelmente devido a heranças de técnicas antigas de gestão e controle de emissões e consumo, propostas por indústrias no início da década de 1990. A quantificação destes Indicadores era e é primordial para que haja a possível redução de suas emissões, mesmo não sendo a única maneira de evita-las.

Entender e apresentar iniciativas para mitigar os possíveis impactos ambientais provindos de seus “Produtos e Serviços”, além de quantificar qual o retorno de material destes as linhas de produção - em relação ao total vendido -

configura uma interessante e válida prática de Logística Reversa. Todas as empresas analisadas apresentaram ao menos alguns dos Indicadores deste aspecto, mas de fato poucas apresentaram maneiras viáveis e expressivas de implementar a logística reversa, que fomentem a conscientização dos consumidores finais quanto a possibilidade de reuso e reciclagem de embalagens, por exemplo.

Somente a empresa Natura apresentou uma maneira viável de fazê-lo, possivelmente devido a sua lógica de venda e maneira de fazer negócio que provavelmente seja fator determinante na disseminação desta cultura. De qualquer modo, isso não exime as demais da sua responsabilidade compartilhada na cadeia logística que as liga e compromete, como geradoras de resíduo, a atenuar e atentar ao Ciclo de Vida de seus produtos e aos impactos ambientais destes provindos.

De maneira inesperada, não foram verificados em todos os relatórios os Indicadores do Aspecto “Materiais”. Inúmeras são as práticas de Produção Mais Limpa e de Gestão de Resíduos, possíveis de serem implementadas segundo a capacidade de empresas qualificarem e quantificarem o uso de materiais utilizados pelas mesmas.

Práticas simples como a redução de uso, reuso e reciclagem, além de otimização de processo e produção decorrem do acompanhamento da evolução das quantias de materiais utilizados, gerando lucro e minimizando os passivos ambientais decorrentes de seu uso. A preferência pelo uso de materiais reciclados, explicitada pelo EN2, é uma prática sustentável simples e efetiva, facilmente executada por corporações em geral.

Além disso, pode-se verificar que grande parte das empresas relatoras estudadas apresentam dificuldade em relatar e mesurar os impactos ambientais e interações com a biodiversidade, com os ecossistemas e com as áreas ambientalmente protegidas. Os Indicadores relativos à “Biodiversidade” foram os menos encontrados dentre todos os analisados pelo presente estudo.

Em concordância com este fato, as empresas estudadas também apresentaram dificuldade em apresentar o único Indicador do Aspecto “Geral”, relativo ao total de investimentos e gastos em proteção ambiental. Esse é um aspecto de grande e crescente interesse da sociedade atual. Contudo, este é somente um dos indicadores que representa tais atividades.

Contudo, visando tornar a análise mais focada e relevante, especificamente quanto a relevância dos indicadores e aspectos abordados nos relatórios estudados,

descrevemos brevemente o que julgamos serem os principais impactos ambientais gerados pelo setor industrial farmacêutico. Justificando estas escolhas baseados em literatura científica.

O setor industrial farmacêutico compreende uma diversa gama de indústrias, mas nos detemos a análise no que se refere as linhas de produção de cosméticos e medicamentos, representadas pelas indústrias selecionadas pelo estudo. As indústrias de cosméticos e medicamentos têm como principais impactos comuns a geração excessiva de embalagens, o alto consumo de água e a geração de fluídos e resíduos químicos potencialmente nocivos e poluentes.

Outros aspectos relevantes são as concentrações de hormônios e compostos bioativos que estes resíduos (e os próprios produtos) podem conter, sendo este um risco adicional à saúde humana – uma característica deste setor, que deverá então ter cuidado redobrado quanto ao descarte correto de seus produtos (S. Hussain e M. Yamaguchi, 2008).

É necessária, também, a utilização de logística reversa e a gestão dos diversos tipos de embalagens atrelados aos produtos finais, que muitas vezes são requeridos por normatização sanitária, a fim de se diminuir tanto sua geração como a demanda por matérias-primas. Práticas como a reciclagem e o reuso, quando possível, despontam como soluções inteligentes e viáveis para amenizar tais impactos.

Considerando-se a linha de produção das indústrias químico-farmacêuticas, alguns dos aspectos mais problemáticos são os relacionados com a possibilidade de emissão de substâncias químicas, sólidas e gasosas potencialmente nocivas e tóxicas, já que todo e qualquer processo de produção não poderá ser 100% limpo. A geração de resíduos exige uma gestão adequada destes, que possuem características especiais, já que tratam-se tanto de substâncias químicas, algumas dessas com atividade biológica (fármacos). Acidentes marcantes como o de Seveso (Itália), Bophal (Índia) e Exxon Valdez (EUA), foram alguns dos exemplos capazes de demonstrar os danos severos que estas empresas podem causar, mesmo quando adequam-se as normatizações.

Cabe ressaltar que a produção de compostos químicos ativos, seja em forma de matéria-prima ou de fármacos, são características singulares do setor farmacêutico. Quando analisados sob a ótica mercadológica, tratando-os como substâncias químicas de classes diversas, dotados de atividade biológica, faz-se

necessário que as indústrias e empresas do setor realizem uma Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) rigorosa, sendo responsáveis, compartilhadamente, pelos resíduos provenientes da sua utilização (ou não-utilização).

O descarte correto dos medicamentos, cosméticos e produtos químicos deveria ser um requisito legal imposto às indústrias, aos fornecedores, distribuidores, comerciantes e usuários finais. De mesmo modo, garantir o acesso aos medicamentos também é uma preocupação que as indústrias deveram colocar em sua pauta de ações em curto prazo, já que este é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

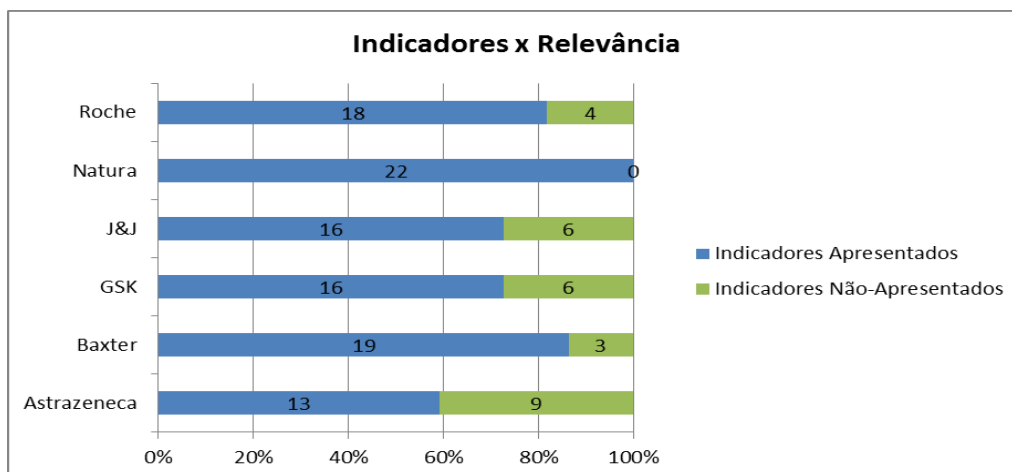
Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tais como a redução da mortalidade infantil, melhoria na saúde materna e combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças, dependem de reformas que melhorem o acesso a medicamentos. Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio diz respeito a proporcionar “em parceria com empresas farmacêuticas, o acesso a medicamentos essenciais a um preço razoável em países em desenvolvimento”. Portanto, esta é uma meta ética e moral.

Por serem produtoras de uma vasta gama de produtos, utilizando-se de diversos tipos de substâncias químicas e processos de produção, os impactos ambientais mais relevantes desta indústria são relacionados: poluição do ar, do solo e da água; consumo de matérias-primas; produção em grande escala de embalagens; consumo energético; produtos e serviços das empresas do setor.

Portanto, **os Aspectos de Indicadores Ambientais do modelo GRI-G3 que consideramos diretamente relacionados aos impactos ambientais relevantes ao setor** industrial farmacêutico, em ordem decrescente de importância, são: **“Emissões, Efluentes e Resíduos”, “Produtos e Serviços”, “Água”, “Energia” e “Material”**. Estes **totalizaram 22 Indicadores Ambientais**, dentre os 30 existentes.

Seguindo esta lógica e a metodologia de cálculo previamente exposta no capítulo Materiais e Métodos, segue na Figura 5 e na Tabela 4, a análise da relevância dos Indicadores Ambientais apresentados em cada um dos relatórios analisados.

Figura 5 – Relevância dos Indicadores Ambientais apresentados.



Também analisamos se as empresas selecionadas utilizam ou fomentam mecanismos de logística reversa e de gestão adequada de resíduos, dando preferência ao uso de materiais recicláveis em sua linha de produção ou mesmo em suas atividades gerais. Procuramos por referências e informações relacionadas as palavras-chave “logística reversa”, “gestão de resíduos”, “materiais recicláveis”, “fármacos no meio-ambiente” e as possíveis combinações das mesmas nos Relatórios de Sustentabilidade analisados e nos websites das empresas relatadas, considerando se as mesmas estavam relacionadas com as atividades e práticas da empresa.

Considerando os resultados referentes a relevância dos Indicadores Ambientais apresentados, faz-se necessário salientar que existiram duas grandes subcategorias de indústrias do setor farmacêutico entre as analisadas pelo estudo: aquelas que se dedicam somente a produção de cosméticos, representada pela Natura; e as empresas que se dedicam majoritariamente a produção de medicamentos e produtos farmacêuticos diversos, representado pelas demais empresas estudadas.

Tabela 4 – Porcentagem de apresentação dos Aspectos de Indicadores Ambientais nos relatórios estudados.

Aspectos dos Impactos	Astrazeneca	Baxter	GSK	J&J	Natura	Roche	Média
Material	0%	100%	50%	100%	100%	0%	58,33%
Energia	80%	100%	100%	80%	100%	100%	93,33%
Água	33%	67%	33%	67%	100%	67%	61,17%
Biodiversidade	80%	80%	40%	40%	100%	40%	63,30%
Emissões, Efluentes e Resíduos	70%	80%	80%	60%	100%	90%	80%

Produtos e Serviços	50%	100%	50%	100%	100%	100%	83,30%
Conformidade	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Transporte	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Geral	0%	100%	0%	0%	100%	100%	50%

A empresa **AstraZeneca** apresentou 70% dos Indicadores Ambientais referentes ao Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos, e 80% dos referentes a Energia, 50% dos produtos referentes a Produtos e Serviços, 33% dos referentes a Energia e 33% dos referentes a Água; contudo, a empresa não apresentou indicadores referentes ao uso de Materiais. Sendo assim, a relevância dos indicadores apresentados pela empresa foi de 59%.

Quanto à análise sobre as ações quanto a gestão de resíduos, logística reversa e uso de materiais reciclados, constatamos o comprometimento da empresa com a questão de Gestão de Resíduos, apresentando a evolução de índices referentes a tomada de ações quanto a estas questões durante o período de 2007 a 2009. Contudo, não foram encontradas práticas diversas de logística reversa e uso de materiais reciclados no relatório e website da empresa. Destaca-se que a empresa está consciente dos desafios quanto a disposição de fármacos no meio ambiente, um desafio inevitável quando buscam-se “fármacos precisam ser estáveis o suficiente para ter uma vida-média formas de utilização oral utilizáveis e robustas o suficientes para ultrapassar o trato gastrointestinal”, segundo o relatório da empresa. Contudo, a empresa compromete-se a encarar esse desafio e balancear a relação risco e benefício, caracterizado como a vida de seus pacientes.

O relatório da indústria farmacêutica **Baxter** apresentou: 100% dos indicadores referentes ao aspecto Material, 100% dos referentes a Energia, 37% dos referentes a Água, 80% dos referentes a Emissões, Efluentes e Resíduos e 100% de Produtos e Serviços. A relevância dos indicadores calculada para o Relatório de Sustentabilidade da empresa foi de 86%.

Quanto a análise sobre as ações quanto a gestão de resíduos, logística reversa e uso de materiais reciclados, constatamos que a empresa reporta ações correntes e futuras relacionadas ao uso de materiais reciclados e a gestão de resíduos provenientes das ações e linhas de produção industriais, característica marcante deste relatório. Não foram constatadas práticas de logística reversa ou impactos ambientais dos fármacos, correntes ou futuras.

Já o relatório da indústria **GlaxoSmithKline** apresentou 50% dos indicadores referentes ao aspecto Material, 100% dos Indicadores de Energia, 60% dos referentes à Água, 80% dos referentes a Emissões, Efluentes e Resíduos e 50% dos referentes a Produtos e Serviços. A relevância dos indicadores calculada para o Relatório de Sustentabilidade da empresa foi de 73%. Relembramos que esta é a única empresa que não segue o modelo de *reporting* da GRI, mas apresenta um Índice Remissivo dos Indicadores Ambientais que seu modelo de relatório contém (a empresa segue o modelo proposto pela Dow Jones).

Ao analisar as ações empresariais referentes à gestão de resíduos, logística reversa e uso de materiais reciclados, constatamos o comprometimento presente e futuro da empresa com as questões de uso de materiais recicláveis e gestão de resíduos. Destaca-se a busca por materiais com menor impacto ambiental, sejam eles provenientes da reciclagem ou reutilização, expostos principalmente na seção “Environmental Stewardship” e subseção “Packaging” do relatório da empresa.

Na análise do Relatório de Sustentabilidade da empresa **Johnson & Johnson**, este apresentou 100% dos Indicadores do Aspecto Material, 80% dos de Energia, 67% dos indicadores referentes à Água, 60% dos referentes a Emissões, Efluentes e Resíduos, e 100% dos indicadores referentes a Produtos e Serviços. A relevância dos indicadores calculada para o Relatório de Sustentabilidade da empresa foi de 73%.

Analisando-se os projetos e ações propostos em seu relatório, referentes a gestão de resíduos, logística reversa e uso de materiais reciclados, constatamos que a empresa apresenta todas estas ações listadas em seu relatório, embora não utilize o termo “logística reversa”, realiza a atividade. A empresa mensura o percentual de materiais utilizados, reciclados ou não, além de tentar incluir valor monetário e social em operações de logística reversa. Apresenta, também, *tracking* constante de metas e indicadores relacionados ao uso de materiais reciclados e gestão de resíduos, ao longo do tempo.

No caso do relatório da empresa **Roche**, verificamos 100% dos indicadores referentes ao Aspecto Energia, 67% dos referentes a Água, 90% dos referentes a Emissões, Efluentes e Resíduos e 100% dos referentes a Produtos e Serviços. A empresa não apresentou indicadores do aspecto Material. A relevância dos indicadores calculada para o Relatório de Sustentabilidade da empresa foi de 82%

Em relação a análise sobre as ações quanto a gestão de resíduos, logística reversa e uso de materiais reciclados, constatamos que a empresa apresenta uma abordagem inicial sobre gestão de resíduos, somente. Embora apresente indicadores referentes aos materiais e resíduos gerados, ela não apresenta metas ou ações que visem diminuir a geração destes, não menciona uso de materiais reciclados ou dados que consolidem grande interesse em tornar suas ações mais sustentáveis, em relação a estes aspectos. Contudo, apresentam preocupação com questões relativos aos impactos ambientais de resíduos de fármacos, advindos do impasse existente entre sua utilização correta, estabilidade, meia-vida e excreção humana dos mesmos.

Inferimos que a única empresa de cosméticos avaliada, **Natura**, foi também a única que apresentou os trinta Indicadores Ambientais em seu Relatório Ambiental, demonstrando a total preocupação e incorporação da sustentabilidade em sua maneira de fazer negócios. Além disso, a empresa relata há alguns anos metas a serem atingidas nos próximos anos, justificando suas falhas, além de conquistas e desafios a serem encarados pela empresa e suas linhas de produção.

A empresa Natura apresentou tanto em seus relatórios, como em seu canal de comunicação virtual, práticas e ações de logística reversa, uso de materiais recicláveis e gestão de resíduos, planejados de modo a atingir e conscientizar seus consumidores finais.

Portanto, foi verificada uma tendência geral da maioria das empresas analisadas apresentaram as informações relevantes aos seus aspectos ambientais mais críticos. Entretanto, houve divergências entre os indicadores ambientais abordados ou não e, muitas vezes, os aspectos mais focados e apresentados foram distintos entre os relatórios estudados pelo trabalho. Alguns dos aspectos considerados relevantes não foram apresentados em totalidade, como no caso dos Aspectos “Material” e “Água”, e outros, não considerados relevantes pelo presente trabalho, foram encontrados em todos os relatórios analisados, como os relacionados aos aspectos Conformidade e Transporte.

Considerando-se que os impactos em corpos aquáticos são alguns dos mais preocupantes impactos de todas as indústrias químicas, seja por suas linhas de produção como por resíduos de seus produtos finais (destacando-se o fato de que as próprias indústrias reconhecem este ao discutirem sobre “resíduos de fármacos no meio-ambiente”), é preocupante o fato de que este não é um dos Aspectos que

apresenta maior número de Indicadores Ambientais presentes nos relatórios estudados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Segundo dados da ONU, em outubro de 2011, alcançaremos a incrível população mundial de 7 bilhões de habitantes. Atualmente já encontramos problemas com a preservação e acesso a recursos naturais, como ar, água e combustíveis, que se encontram cada vez mais escassos.

O desafio das próximas décadas será desenvolver novas formas de produção e criar novos padrões de consumo. Isso necessariamente cria demandas como tornar empresas e organizações mais sustentáveis, o que além de ser uma obrigação moral e social, ou ainda uma oportunidade de negócios, também se consolida como uma demanda urgente global. Não só empresas, mas a própria maneira e lógica de viver precisarão ser mais sustentáveis, ou não teremos condições de sustentar a existência da raça humana na Terra.

Os estudos de Relatórios de Sustentabilidade revelam-se importantes para que se estudem as informações, a relevância destas, e ainda propostas para que os impactos socioambientais que geram sejam atenuados a curto ou médio prazo. É imperante que estas empresas tratem os Relatórios de Sustentabilidade como ferramentas, não só comunicativas, mas como ferramentas de análise e gestão empresarial sustentável.

Relatórios de Sustentabilidade e/ou Responsabilidade Corporativa devem ser abordados não só como uma ferramenta de comunicação, mas também como uma ferramenta para efetivar a gestão da sustentabilidade. Não basta somente levantar indicadores e informações da empresa sobre questões ambientais e sociais, mas se faz necessário avaliar estes fatores de maneira contínua e, assim, o desempenho da empresa em cada uma de suas ações.

Quando é dito que a gestão sustentável deve ser direcionada ao interesse dos stakeholders e à busca contínua pela atenuação dos impactos socioambientais gerados pelas empresas, torna-se implícito que as informações contidas em seus relatórios sejam relevantes e concretas. Nota-se que as empresas relatantes não possuem o hábito de compararem seus scores com os das demais empresas do ramo, ou ainda, proporem resoluções e metas para que seu desempenho seja

aprimorado. Tais informações seriam de grande valia, validando e beneficiando a sociedade em geral – e o meio ambiente.

Diversas são as obrigações que recaem majoritariamente sobre governo, sob as formas de legislação ou órgãos reguladores, como no caso da obrigação de aumento do acesso a medicamentos, ou de imposição de preços justos, gestão de resíduos provindos da atividade empresarial, do consumo indevido, ou da emissão de gases na atmosfera; em geral ela primariamente recai sobre os Estados.

Obviamente, essa é uma responsabilidade compartilhada: tanto a indústria, como os fornecedores, distribuidores, vendedores terceirizados e consumidores são parcialmente responsáveis pelos resíduos e impactos que gerarem, utilizando-se da lógica poluidor-pagador. Além disso, todos eles devem exercer um papel proativo no que diz respeito ao consumo consciente com as práticas de logística reversa e produção consciente, utilizando de maneira racional os recursos naturais e energéticos.

Há uma grande tendência em reportarem-se principalmente as questões referentes ao uso energético e as emissões, efluentes e resíduos, tanto por razões históricas advindas de pressões de organizações e Estados quanto a estes grandes impactos gerados, quanto por exigências legais de órgãos reguladores ao setor industrial. Estes fatos se complementam, e com certeza são questões importantes a serem consideradas, mas não devem ser as únicas a serem estudadas com atenção. Como pudemos ver, toda e qualquer empresa é um agente de transformação dotado de diversos tipos de impactos sociais, ambientais e financeiros, sendo importante que as empresas em geral tenham uma visão holística sobre o desenvolvimento sustentável, e busquem aprimorar suas ações em todas as esferas da *Triple Bottom Line*.

Pelo fato de o setor farmacêutico lidar com questões singulares, como a sua relação indiscutível com a saúde humana, principalmente através da Pesquisa e Desenvolvimento de medicamentos, faz-se necessário analisar o setor de maneira especial. Os autores acreditam que sejam necessários desenvolverem-se novos Indicadores de Sustentabilidade voltados á análise destas singularidades, assim como faz-se necessário o desenvolvimento de um Suplemento Setorial, por parte da GRI, que atenda estas demandas.

Não podemos discutir que a pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos foram uma das grandes razões para o aumento da expectativa de

vida mundial, possibilitando a cura e tratamento de diversas doenças e sintomatologias. Contudo, atualmente ganha importância o debate relacionado ao acesso a tais medicamentos, como os problemas relacionados à sua má utilização e ao seu descarte inadequado. O acesso a medicamentos de forma global e igualitária tornou-se uma das metas dos Objetivos do Milênio.

Medicamentos e produtos farmacêuticos são, a priori, classificados como resíduos especiais, e as possibilidades de intoxicação e impactos ambientais negativos provindos de sua má gestão revelam-se como graves problemas. Portanto, acreditamos que o setor deveria possuir tratamento especial, seguindo um modelo de Relatórios de Sustentabilidade que viesse ao encontro de suas características singulares e mais evidentes. Uma solução em curto prazo, a ser desenvolvida pela *Global Reporting Initiative* seria o desenvolvimento de um Suplemento Setorial direcionado ao setor farmacêutico.

Devido às características singulares do setor, novos modelos e indicadores devem ser elaborados para que o setor se adeque a desafios próprios, como a íntima relação com a saúde, ao acesso a medicamentos e ao descarte correto de resíduos de saúde.

Além disso, cabe-se considerar que as empresas ainda apresentam relativa falta de foco ao elaborarem seus relatórios, o que pode demonstrar a tendência de se relatarem todos os tipos de práticas e informações que as empresas considerem relevantes, mas não as que sejam consideradas como relevantes ao setor. Mais parâmetros deverão ser estabelecidos de modo a assegurar a relevância destas informações, assim como a transparência e veracidade das mesmas.

Uma das duas das grandes limitações do presente estudo foram o fato de termos selecionados empresas de renomada posição em seu setor, que já possuem experiência de mercado e buscam se adequar as novas tendências deste, mas esta foi uma escolha necessária, já que a cultura de elaborar tal tipo de relatórios ainda está encarando crescimento gradual e não atinge pequenos players do mercado. A outra foi o fato de trabalharmos com um baixo número de empresas do setor industrial farmacêutico. Uma análise mais criteriosa de um rol de relatórios mais expressivo e abrangente teria um poder analítico mais expressivo.

Consideramos, então, que atuar de maneira ambientalmente responsável é, principalmente hoje, um diferencial entre as empresas no mercado. Supomos ainda que este diferencial deverá se tornar um pré-requisito legal dentro em breve e, o

quanto antes as empresas perceberem esta nova realidade, maior será a chance de se manterem no mercado, que já possui consciência relativa quanto a esta problemática.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALIROL, Philippe. Como iniciar um processo de integração. In: VARGAS, Heliana C.; RIBEIRO, Helena (Org.). *Novos instrumentos de gestão ambiental urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001. p.21-42.
2. ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
3. Astrazeneca's Responsibility and Sustainability 2010 Report. Website: <http://www.astrazeneca.com/Responsibility/Reporting-performance/GRI-content-index/Performance-Indicators>. Acessado em 22 de maio de 2011.
4. Baxter's Sustainability Report 2009. Website: http://sustainability.baxter.com/sustainability_reporting/gri_index.html. Acessado em 12 de maio de 2011.
5. CABESTRÉ, Sonia A.; GRAZIADE, Tânia M.; POLESEL FILHO, P. *Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos*. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN, 2008.
6. CALLENBACH, E. *et al. Gerenciamento ecológico: eco-manangement*. Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo: Cultrix, 1993.
7. Cheshire County Council, 1995.
8. CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. *Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações*. Revista de Administração de Empresas. FGV. São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez. 2008.
9. CLARO, P.B. de O.; CLARO, D.P. Desenvolvimento de indicadores para monitoramento da sustentabilidade: o caso do café orgânico. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)*, São Paulo, v.39, n.1, p.18-29, jan./fev./mar. 2004.

10. Climate Counts (<http://climatecounts.org/>). *Climate Counts Scorecard*. Acessado em 20 de maio de 2011 às 19 horas.
11. DAHER, C. E.; SILVA, E. P. S.; FONSECA, A. P. *Logística Reversa: Oportunidade para Redução de Custos através do Gerenciamento da Cadeia Integrada de Valor*. BBR, Brazilian Business Review, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2006, pp. 58-73.
12. DALY, H. *Beyond growth*. Boston: Beacon Press, 1996.
13. DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
14. Diretrizes G3 GRI – Global Reporting Initiative. **Diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade**. Junho 2002.
15. FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
16. FRONDEL, M; RITTER, N; SCHMIDT, C.M. Economic Impacts from the Promotion of Renewable Energy Technologies. Ruhr-Universität Bochum (RUB), Department of Economics
17. Universitätsstr. 150, 44801 Bochum, Germany.
18. GlaxoSmithKline's Responsibility Report 2010. Website: <http://www.gsk.com/responsibility/cr-report-2010/>. Acessado em 17 de maio de 2011.
19. GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidades/UFRGS, 2000.
20. GRI - Global Reporting Initiative: Disponível em: www.globalreporting.org (Acesso em 17/03/11).
21. GRO Harlem Brundtland Organization. *Nosso Futuro Comum*. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
22. GROOT, I. de. *Measurement of sustainability in coffee and cocoa*. Utrecht: Institute for Sustainable Commodities (ISCOM), 2002.
23. HAIR, J.F.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. *Multivariate data analysis*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.
24. HAUSCHILD, M; JESWIET, J. *EcoDesign and future environmental impacts*. Australian National University, Canberra, Australia. July, 2004.
25. HUNT, C.; AUSTER, E. Proactive environmental management: avoiding the toxic trap. *Sloan Management Review*, Cambridge, v.31, n.2, p.7-18, Winter 1990.

26. JACOBS, M. Sustainable development: from broad rhetoric to local reality. In: CONFERENCE FROM AGENDA 21, Document n.493, 1 Dec. 1994, Cheshire. *Proceedings...* Cheshire:
27. Johnson & Johnson Corporate 2009's Responsibility Report, disponível em <http://www.investor.jnj.com/2009sustainabilityreport/index.html>. Acessado em 27 de abril de 2011.
28. LENTINO, P.H.S.; OMETTO, A.R. *Estudo sobre Relatórios e Indicadores de Sustentabilidade*. Monografia Escola de Engenharia de São Carlos – Graduação em Engenharia Ambiental. Universidade de São Paulo. 2010.
29. MAIMON, D. *Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
30. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.
31. MARKS, S. (ed.). *Health and human rights: basic international documents*, Harvard: HUP, 2006.
32. MEADOWS, D.H.; MEADOWS, D.L.; RANDERS, J. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books and Potomac Associates, 1972. 21p.
33. NONAKA, I.; TOYAMA, R. The theory of the knowledge-creating firm: subjectivity, objectivity and synthesis. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, v.14, n.13, p.419-436, June 2005.
34. OLIVEIRA, G.B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista d a FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.
35. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Estratégia de medicamentos: 2004-2007*, op.cit.
36. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Estratégia sobre medicamentos: países no centro da questão, 2004-2007*. Genebra, OMS, 2004.
37. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Relatório Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) – maio de 2010*.
38. PETERSEN, E.J.; SHUNTUROV, V.; JANDA, K.; PLATT, G.; WEINBERGER, K. *Dormitory residents reduce electricity consumption when exposed to real-time visual feedback and incentives*. Oberlin College, Lewis Center for

- Environmental Studies, Oberlin, Ohio, International Journal of Sustainability in Higher Education. Vol. 8 No. 1, 2007; pp. 16-33.
39. PEREIRA, M.; **Projeto Executivo e Implantação do Sistema Automático de Alerta de Enchente**. Fortaleza, 1998.
40. PORTO M.F de S & FREITAS CM. **Análise de riscos tecnológicos ambiental**. São Paulo: Cad. Saúde Pública, 1997.
41. PORTUGAL, Gil. **Gerenciamento Ambiental nas Indústrias**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.geca.com.br/Gil/artigos.htm>. Acesso em: 19 de Abr. 2011.
42. Relatório de Sustentabilidade da Natura, 2008. Website: http://www2.natura.net/Web/Br/relatorios_anuais/PDF/RelatorioAnual2008.pdf. Acessado em 27 de abril de 2011.
43. Roche's Corporate Responsibility Report 2010. Website: http://www.roche.com/corporate_responsibility/. Acessado em 11 de maio de 2010.
44. SANCHES, C.S. Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresa (RAE)*, São Paulo, v.40, n.1, p.76-87, jan./mar. 2000.
45. SCATOLIN, F.D. *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o estado do Paraná*. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
46. SCHWEIGERT, L. R. *Plano diretor e sustentabilidade ambiental da cidade*. Dissertação de mestrado. Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.
47. SILVA, E. R.; MENEZES, S.F.; DUARTE, A.J.C. *Problematizando o descarte de medicamentos vencidos: para onde destinar*. Monografia de Conclusão de Curso de nível médio em vigilância sanitária. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2005.
48. SILVA, J.A. *Direito ambiental constitucional*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1995. 243p.
49. SPANGENBERG, J.H.; BONNIOT, O. *Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability*. Paper n.81. Wuppertal: Wuppertal Institute, 1998. 34p.
50. TEMPLE, S. *Old issue, new urgency? Wisconsin Environmental Dimension*, Madison, v.1, Issue 1, p.1-28, Spring 1992.

51. UNITED KINGDOM, Department for International Development (DFID). *Increasing access to essential medicines in the developing world*. London, DFID, 2004.
52. WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT (WCED). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
53. WORLD HEALTH ORGANIZATION. 1946. *Constitution of the World Health Organization*. Basic Documents. WHO. Geneva.